



**FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA COMO PARCERIA
NECESSÁRIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO
FUNDAMENTAL II DO COLÉGIO ESTADUAL MARTINS BORGES – PIRES DO
RIO - GO**

Assunção – Paraguai

2021

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA COMO PARCERIA
NECESSÁRIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL II DO COLÉGIO ESTADUAL MARTINS BORGES - PIRES DO
RIO - GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FICS – Facultad Interamericana de Ciências Sociales, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação

Orientador: Prof. Gleyvison Nunes Santos

Assunção – Paraguai

2021

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA COMO PARCERIA NECESSÁRIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II DO COLÉGIO ESTADUAL MARTINS BORGES - PIRES DO RIO - GO

Total de Páginas: 91

Tutor: Prof. Gleyvison Nunes dos Santos

Dissertação Acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação

FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Asunción-Paraguay, 2021

Áreas Temáticas: Gestão Democrática. Família. Processo de ensino e aprendizagem. Parceria necessária

Código da Biblioteca

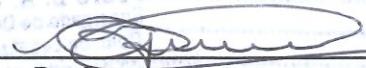
**LEGALIZADO
M.E.C.**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
A COMISSÃO ABAIXO ASSINADA APROVA A DISSERTAÇÃO:**

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA COMO PARCERIA
NECESSÁRIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO
FUNDAMENTAL II DO COLÉGIO ESTADUAL MARTINS BORGES – PIRES DO
RIO - GO**

**COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



Prof. Dr. Gleyvison Nunes dos Santos

Orientador



Prof. Dra. Susana M. Barbosa Galvão



Prof. Dr. Carlino Ivan Morinigo



Prof. Dr. Ismael Fenner

**Asunción – Paraguay
2021**



LEGALIZADO
M.E.C.

COMISIÓN INTER-AMERICANA DE LEGALIZACIÓN

SECRETARÍA GENERAL DE LEGALIZACIONES

ESTADO DE LA FAMILIA Y LA PERSONA
CERTIFICADO DE MATRIMONIO
ACTA DE NACIMIENTO

**MINISTERIO DE EDUCACION Y CULTURA
SECRETARIA GENERAL
DEPARTAMENTO DE LEGALIZACIONES**


CO QUE: La Firma y sello que dice:

.....**Lic. Pedro L. A. Palacios O.**.....
Encargado de Despacho
Dpto. de Legalizaciones
.....
similitud con la registrada en esta oficina
sta Legalización no juzga el contenido del
presente documento
.....
ción.....**26 JUN 2023**.....



REPÚBLICA DEL PARAGUAY
MINISTERIO DE
RELACIONES EXTERIORES
Hoja de Seguridad Según Decreto N° 7317/17
Correspondiente a la SERIE C Nro 02151522

**LEGALIZADO
M.E.C.**

APOSTILLE (Convention de La Haye du 5 octobre 1961)			
1. País (country / pays):		REPUBLICA DEL PARAGUAY	
El presente documento público (This public document - Le présent acte public)			
2. ha sido firmado por (has been signed by / a été signé par)		PEDRO L. A. PALACIOS O.	
3. quien actúa en calidad de: (acting in the capacity of / agissant en qualité de)		Enc. de Despacho	
4. y está revestido del sello / timbre de: (bears the seal/stamp of / est revêtu du sceau / timbre)		Ministerio de Educacion y Cultura	
Certificado (Certified - Attesté)			
5. en: (at / à)	ASUNCION	6. el día: (the / le)	27/06/2023 08:47:44
7. por: (by / par)	MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PARAGUAY Ministry of Foreign Affairs of Paraguay / Ministère des Affaires étrangères du Paraguay		
8. número:	107255/2022		C-2151180
		ALCIDES RIVEROS	
Sello / timbre (seal/stamp / sceau/timbre)		10. Firma: (signature)	



Ministerio de Relaciones Exteriores
Dirección de Legalización

Tipo de Documento: DOCUMENTOS RELACIONADOS A ESTUDIOS -
(type of document / type d'acte): 1211196

Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o timbre del que el documento público está revestido. Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se expidió. Esta Apostilla se puede verificar en la dirección siguiente: www.mre.gov.py/legalizaciones.
This Apostille only certifies the authenticity of the signature and the capacity of the person who has signed the public document, and, where appropriate, the identity of the seal or stamp which the public document bears. This Apostille does not certify the content of the document for which it was issued. To verify the issuance of this Apostille, see www.mre.gov.py/legalizaciones.

Cette Apostille atteste uniquement la véracité de la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi et, le cas échéant, l'identité du sceau ou timbre dont cet acte public est revêtu. Cette Apostille ne certifie pas le contenu de l'acte pour lequel elle a été émise. Cette Apostille peut être vérifiée à l'adresse suivante : www.mre.gov.py/legalizaciones.



Observacion:

Código: 3002008

Dedico este trabalho de pesquisa aos meus pais. O apoio de vocês foi a mola propulsora que permitiu o meu avanço, mesmo durante os momentos mais difíceis quando pensei em desistir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre colocar pessoas especiais em meu caminho, as quais me fazem acreditar em dias melhores e me encorajam a prosseguir. Obrigada por me guiar em todos os momentos da minha vida.

Aos meus pais, Beneval e Maria Angélica, que sempre me ensinaram a trilhar o caminho do bem, e sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida. E nesse momento não seria diferente.

Ao meu companheiro Cleiton que sempre esteve do meu lado me apoiando em meus projetos e sonhos.

Às minhas amigas e companheiras de profissão Rosiene e Simone que me apoiaram e me incentivaram a continuar desenvolvendo este projeto.

Ao meu orientador, professor Gleyvison, pela oportunidade de realizar este trabalho. Obrigada pela confiança e por me atender com paciência todas as vezes que necessitei da sua orientação. Agradeço por todos os ensinamentos compartilhados.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”. (Albert Einstein).

RESUMO

Família e Escola são duas instituições sociais fundamentais para a sociedade como um todo, pois a família tem a função de transmissão de valores, de costumes, crenças em processo de educação, já a escola tem o múnus de proporcionar e sistematizar a construção do conhecimento diante das habilidades e competências do aluno. Diante disso, a pesquisa busca refletir a parceria necessária entre a Gestão Democrática e Família no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental II do Colégio Estadual Martins Borges – Pires do Rio – GO. Para a compreensão da parceria necessária entre Gestão Democrática e Família optou-se por uma pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada e questionário em forma de gráfico na busca das informações na coleta de dados. Nesta perspectiva, refletiu que o gestor escolar, cuja liderança é do diretor, propor ou promover uma organização o trabalho de todos na escola e com a participação da comunidade escolar, para que a escola seja um ambiente propício para a convivência e o processo de aprendizagem.

Palavras-Chave: Gestão Democrática. Família. Processo de ensino e aprendizagem. Parceria necessária

RESUMEN

La familia y la escuela son dos instituciones sociales fundamentales para el conjunto de la sociedad, ya que la familia tiene la función de transmitir valores, costumbres, creencias en el proceso educativo, mientras que la escuela tiene el deber de proporcionar y sistematizar la construcción del conocimiento ante las habilidades y competencias del alumno. Por lo tanto, la investigación busca reflejar la necesaria asociación entre la Gestión Democrática y la Familia en el proceso de enseñanza y aprendizaje de los estudiantes de las escuelas primarias II del Colégio Estadual Martins Borges - Pires do Rio - GO. Para la comprensión de la necesaria asociación entre Gestión Democrática y Familia se optó por una investigación cualitativa, utilizando como instrumento la entrevista semiestructurada y el cuestionario en forma de gráfico en la búsqueda de información en la recogida de datos. En esta perspectiva, se refleja que el gestor de la escuela, cuyo liderazgo es el director, proponer o promover una organización el trabajo de todos en la escuela y también con la participación de la comunidad escolar, por lo que la escuela es un ambiente propicio para la convivencia y el proceso de aprendizaje.

Palabras clave: Gestión democrática. La familia. Proceso de enseñanza y aprendizaje. Asociación necesaria

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Compreensão sobre a Gestão Democrática.....	73
Gráfico 2: Você participa efetivamente na vida escolar do seu filho?.....	75
Gráfico 3: Você tem conhecimento sobre os órgãos colegiados da Escola?	77
Gráfico 4: Você tem liberdade de expressar sua opinião nas reuniões?.....	79
Gráfico 5: Como vocês concebem a relação da Gestão da Escola e Família?	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos Entrevistados.....	71
Quadro 2: Como a Gestão oportuniza a participação da Família na Escola?	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

APO - Administração por objetivos

CEE - Conselho Estadual de Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Problema.....	16
1.2 Problematização.....	16
1.3 Justificativa.....	17
1.4 Hipótese.....	18
1.5 Objetivos.....	18
1.5.1 Geral.....	18
1.5.2 Específicos.....	18
2 MARCO TEÓRICO – GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	19
2.1 Algumas Considerações Finais.....	19
2.1.1 O que é Gestão?.....	23
2.1.2 A Gestão Democrática – Conceito e História.....	30
2.2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E FAMÍLIA – uma parceria necessária no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.....	40
2.2.1 A Evolução do conceito de Família.....	40
2.2.2 História da Família no Brasil – mudanças no perfil da Família Brasileira.....	45
2.2.3 Parceria necessária – Gestão Escolar Democrática e Família – contribuições no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.....	50
3 MARCO METODOLÓGICO.....	58
3.1 Delineamento da Pesquisa.....	58
3.2 Metodologia e Método.....	58
3.3 Período da Pesquisa.....	60
3.4 Objeto de Estudo.....	60
3.5 Estratégias Metodológicas.....	61
3.6 População.....	61
3.7 Universo e Amostras.....	61
3.8 Tipo de Investigação.....	62

3.8.1 Quanto a Natureza da Pesquisa.	
3.8.2 Quanto ao Problema da Pesquisa.....	62
3.8.3 Quanto aos Objetivos da Pesquisa.	63
3.8.4 Quanto aos Procedimentos Técnicos.....	63
3.8.5 Hipótese.	65
3.8.6 Técnica.....	65
3.8.7 Plano de Tabulação e Análise.....	66
4 IDENTIDADE DA ESCOLA.	67
4.1 Historicidade da Escola.	67
4.2 Discussão dos Dados da Pesquisa.	72
CONCLUSÃO.	84
RECOMENDAÇÕES.....	86
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES.	91

1. INTRODUÇÃO

Família e Escola são instituições sociais fundamentais para sociedade, cada uma com sua especificidade e organização própria, mas são integradas quando se fala de suas responsabilidades e funções no processo de aprendizagem dos alunos e de seus filhos. Fala-se que a família tem a função de transmissão cultural, social e transmissão de conhecimento a partir dos valores e crenças. Já a escola tem a função de proporcionar uma organização na construção do conhecimento, ajudando o aluno no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, entre outras.

Diante disso, a pesquisa busca refletir sobre a Gestão Democrática e a Família na parceria necessária no processo de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental II do Colégio Estadual Martins Borges em Pires do Rio – Go, querendo focar a Gestão Democrática como proposta de organização e de ensino e tendo com parceira principal a Família como agente educacional. Para isso, é necessário que o gestor (a) promova juntamente com o corpo docente atividades, projetos, ações juntamente com família, para que todos se sintam responsáveis para o bom andamento da escola e que o processo de aprendizagem seja um objetivo comum.

Por isso, a pesquisa quer revelar como a gestão democrática oportuniza a participação da família no seio da escola, não sendo somente indo as reuniões ou eventos, pois o participar não quer dizer está presente fisicamente, mas um participar que envolve uma adesão total no processo de aprendizagem dos filhos. Também irá destacar a visão dos professores sobre a relação entre gestão e família, e como a família participa quando é convocada por meio de reuniões ou eventos, e si demonstra a liberdade de expressão nesses momentos oportunizados pela escola.

1.1 Problema

A gestão democrática pode ser compreendida como um processo político através do qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identifica problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Por isso, o poder que a gestão democrática exerce deve ser um processo dialético entre todos os atores educacionais participando ativamente desse processo político.

A Gestão Democrática deve propor possibilidades de atuação da escola e da família ou da comunidade escolar, para que as demandas educacionais possam ser partilhadas e vivenciadas por todos os envolvidos. É certo que tem muitas dificuldades para que essa participação da escola e família seja mais efetivo. Por isso, o problema da pesquisa se resumiu nesse questionamento: Como a Gestão Democrática oportuniza a participação da Família na Escola?

1.2 Problematização

Há muitas dificuldades para a constituição dessa educação política e, pior, em seu lugar parece haver a constituição de elementos de reprodução do autoritarismo pela própria educação escolar. A escola, como todas as demais instituições, está solidificada pelos mesmos princípios instituidores da sociedade, uma vez que é parte dela, instituinte dela e instituída por ela. Por isso, é fundamental que a Gestão Democrática descentralize o seu poder de decisão em uma só pessoa, e do qual, a escola e família participem ativamente desse processo.

- Quais as principais incumbências da Gestão Escolar na relação com a Família?

- De que forma os professores, os funcionários e a equipe multidisciplinar podem contribuir com o gestor na relação com a família?
- Quais as principais iniciativas da Gestão Democrática em relação a participação efetiva da família?

1.3. Justificativa

A escolha do tema acerca da Gestão Democrática e a Família como parceria necessária no processo de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental II do Colégio Estadual Martins Borges - Pires do Rio – GO, passou por uma construção com a intenção primeiro de como a Gestão Democrática trabalha a questão da relação com a família. Isso para saber se a família participa ativamente das discussões, do planejamento e das decisões relativas ao processo de aprendizagem dos alunos e da questão administrativa da escola.

Segundo momento da confecção da pesquisa, foi saber o porquê que a comunidade escolar não participa da fiscalização dos recursos financeiros, da prestação de contas da gestão, daquilo que entra e sai. É certo que tem realidades que isto é possível, mas maioria não acontece essa prestação, mostrando que a democracia muitas vezes é velada ou escondida.

Por fim, como terceira justificativa do tema proposto, compreender como acontece a formação continuada dos gestores, de modo especial, nos quesitos da administração e do pedagógico. Não se pode fazer do gestor somente um profissional empresarial, onde a administração é foco, mas como se trata da escola, educação, o gestor tem que ser um especialista em educação, do fazer pedagógico, para que possa contribuir juntamente com o corpo docente e família na melhoria da educação.

Todos esses itens elencados justificam a necessidade desta pesquisa, apresentando a necessidade efetiva da parceria escola e família, onde o gestor, o diretor é o elo entre as outras instancias dentro da escola e fora, para funcionalidade, pleno desenvolvimento do ambiente escolar, capaz de oferecer um ensino que transforme, emancipe e contribua no desenvolvimento integral do aluno.

1.4 Hipótese

A Gestão Democrática envolve a participação de todos como coordenação pedagógica, supervisão, equipe multidisciplinar, funcionários, professores e pais, mães ou responsáveis, que contribuem para a melhoria do processo educativo. O diretor é o elo que congrega todos esses envolvidos, visando organizar e orientar o ambiente escolar para o pleno desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões. A parceria necessária da Gestão e da Família de modo democrático e participativo contribui para o processo de aprendizagem dos alunos.

1.5 Objetivos

1.5.1 Geral

- Compreender o perfil dos dirigentes escolares e dos processos de gestão democrática por eles utilizados na condução da política escolar

1.5.2 Específicos

- Analisar como acontece a relação da Gestão com a Família no Colégio Estadual Martins Borges – Pires do Rio – GO;
- Identificar se os pais, mães ou responsáveis tem liberdade de expressar sua opinião ou sugestão em reuniões ou eventos diversos;
- Desenvolver projetos e ações que possam favorecer a relação Gestão e Família, com o intuito de promover o processo de aprendizagem dos alunos.

2 MARCO TEÓRICO - GESTÃO DEMOCRÁTICA

Neste capítulo busca-se fazer reflexões sobre o que é a gestão escolar, o processo histórico pela qual ela passou, modificando a proposta de administração/direção até que ela se transformasse em gestão e atualmente desembocasse na proposta de gestão democrática e participativa.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história do Brasil evidencia muitas mudanças e como estas atingiram, diretamente a educação do país. De 1920 a 1929, o país vivenciou um clima de verdadeira efervescência de ideias e uma grande movimentação social, com várias revoluções, surgimento de ideias nacionalistas que se multiplicavam e a educação foi atingida por muitas delas. De acordo com Santos (2015, p.10):

Sabe-se que são muitos os fatores que interferiram no processo das políticas educacionais no Brasil, e compreender que a educação é o produto dessa história é essencial entender os aspectos políticos, econômicos e sociais que contribuíram para tal processo de modernização educacional.

A história educacional brasileira inicia-se em 1549 quando chegam os jesuítas ao país e iniciam o processo catequese da população, mas, com mais objetivos políticos. Os jesuítas mantiveram-se no país por mais de 200 anos até serem expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759, que propunha uma renovação do ensino, porém, entregou-o às mãos de leigos, não gerando grande êxito, mas graves consequências à educação brasileira, já que depois desse período, Santos (2015) afirma ter havido um desmantelamento da estrutura católica de ensino que vigorava na colônia. Por volta de 1808 foram instituídos no Brasil os primeiros cursos superiores de caráter profissional.

Em 1822 quando houve a Proclamação da Independência do país não se criou nenhum tipo de política educacional no império, ao contrário, foram mantidas as estruturas sociais com resquícios da escravidão e aristocracia que resumia a clientela em filhos de homens livres. Com a Constituição de 1824, determinou-se que o governo oferecesse a população a instrução primária de forma obrigatória, porém, excluindo os escravos desse direito. De acordo com Santos (2015, p.11):

E três anos mais tarde surgiria a legislação pioneira do ensino público nacional que instituía concursos públicos para professor, com uma política salarial para a categoria e obrigatoriedade de escolas de “primeiras letras” (correspondente hoje as series iniciais do ensino fundamental) em todas as cidades e vilas o que causaria várias transformações no âmbito educacional, pois com a publicação do ato adicional a constituição em 1834 rege o seguinte que a responsabilidade do ensino primário seria transferida para as províncias e o ensino superior passaria ao poder central e o secundário seria oferecido por instituições particulares e apenas um colégio público.

Nesse período, a sociedade brasileira vivenciou inúmeras mudanças, tanto no âmbito econômico quanto político e social e como consequências houve a quebra do poder econômico do proprietário rural, e a adoção do trabalho livre ficando claro que nesse período, a baixa escolarização da população não era um problema, já que o país tinha características tipicamente rurais, sendo um país agroexportador (VIEIRA, 1997).

Chegando-se a segunda metade do século XIX, o ideário republicano iniciou uma nova problematização da questão educacional, havendo a criação de universidades e de acordo com Santos (2015, p.11) buscou-se:

A preservação do sistema dual de ensino, ou seja, com o princípio federalista e descentralizadores o ensino primário público permaneceu como responsabilidade do estado, porém não havia registros de ações estaduais que visassem à escolarização em massa.

Em 1808 acontece a vinda da família real para o país e com isto surgem novas perspectivas para a educação no Brasil-Colônia. Acreditava-se que era necessário fazer investimentos na área da educação e cultura para que a colônia se desenvolvesse e várias foram as instituições culturais e científicas surgidas nesse período, assim como os primeiros cursos superiores nos estados do Rio de Janeiro e na Bahia (SANTOS, 2015).

Durante o período Imperial, Gondra e Schueler (2008) afirmam que a educação da colônia era marcada por precariedade e limitação de recursos, além disto, existiam diversas maneiras de se ensinar que conviviam paralelamente, entre escolas públicas e particulares e ainda havia o ensino doméstico. Segundo Teixeira (2015, p.62-63):

Estas redes de escolas refletiam em alguns casos formas datadas historicamente, pois ainda possuíam ou apresentavam: resquícios da ação das ordens religiosas na área da instrução, a existência dos ofícios artesanais, a implantação das aulas régias, a construção de liceus, entre outros. Ao mesmo tempo, marcando um “lugar” para aquele que frequentava tal tipo de estabelecimento ou vivenciava tal processo. Parece-me que, como não poderia deixar de ser, a rede educacional, depois sistema, não deixou de refletir na sua complexidade a forte diferenciação social que marca de forma tão contundente a nossa trajetória enquanto sociedade.

Durante o período monárquico e republicano, Schuler e Magaldi (2009) acreditavam-se haver a necessidade de reconstrução do país e sem educação isto era impossível. A educação mostrava-se defasada e insuficiente e o governo precisava agir diante dessa situação. A escola republicana vai se destacar nesse momento, sendo tratada como um lugar institucionalizado e legítimo de educação, uma escola seriada e graduada, tratada como instituição oficial a partir de 1893 com a reforma criada por Caetano de Campos.

Com a primeira guerra (1914-1918), surgiram diversas ligas em torno dos direitos dos cidadãos e uma delas foi a liga brasileira contra o analfabetismo que se popularizou a partir do clube militar do Rio de Janeiro. Nas décadas de 1920 e 1930 destacaram-se a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE- 1924) e a realização da Semana de Arte Moderna que serão importantes na defesa da educação laica e para o lançamento do manifesto dos pioneiros da educação em favor de uma escola pública e buscava sua efetivação durante essa década de 1930. Segundo Santos (2015, p.12):

A revolução de 30 e as facetas assumidas pelo governo de Getúlio Vargas reordenaram a política brasileira, promovendo a arrancada da industrialização no país acelerando o processo de urbanização compreende-se aí que após 30 ocorreram forte tendência a privatização da esfera pública o que favoreceu de imediato os interesses privados. Nesta ótica torna-se latente os conflitos entre o poder público e o privado ressaltando assim vínculos e compromissos que redimensionaram as políticas emanadas pelo estado. Outro fato marcante desta época foi à criação do Conselho Nacional De Educação (CNE) sob o decreto nº 19.850/1931 sob a lei nº174/6.

Com uma nova Constituição promulgada em 1934, a educação volta a ter avanços significativos, mas o autoritarismo do Estado Novo, a partir de 1937 traz um novo retrocesso. Havendo a queda do Estado Novo, em 1945, retoma-se o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que foram enviados ao Congresso Nacional em 1948, sendo aprovado apenas em 1961, Lei nº 4.024 (OLIVEIRA et al, 2013).

Durante as décadas de 1940 e 1950, o país continua a ser marcado por conflitos entre a esfera pública e privada e chegando-se a década de 1960 o país vai passar pelo período de ditadura que apenas irá findar-se em 1985. Oliveira et al (2013) considera que foi a partir da década de 1960 que houve discussões mais intensas e recorrentes sobre a educação brasileira e principalmente a busca por erradicar o analfabetismo. O país dependia do desenvolvimento científico e tecnológico e por isto era preciso investir em educação e torná-la mais abrangente a todos. Autores como Paulo Freire (1921-1997) destacaram-se nesse momento, pois demonstravam como a leitura e escrita eram processo de emancipação do cidadão. As pesquisas deste e de outros autores vieram a propagar-se no século XXI.

Três anos depois, a Constituição de 1988 irá trazer novas perspectivas sobre a área educacional, já que o art. 206 desse documento promulga a gratuidade de todos os níveis educacionais devendo ser oferecido pelo estado, reafirmando o caráter público educacional (BRASIL, 1988).

Durante a década de 1990 várias foram as inovações a ocorrerem na educação, principalmente com o processo de descentralização da educação pedagógica administrativa, buscando autonomia escolar e buscando novas formas de organização escolar, acreditando que a gestão da educação feita de forma compartilhada seria o melhor caminho para buscar uma educação de verdadeira qualidade. Barroso (2000, p.39) afirma que:

Alargar o conceito de escola, reconhecer e reforçar sua autonomia e promover a associação entre as escolas e sua integração em territórios educacionais mais vastos e adotar novas modalidades de gestão adaptadas às diversidades das situações existentes.

A partir daí acredita-se que a gestão democrática tenha como base a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), juntamente com uma escola mais autônoma, o que é de suma importância para que a cidadania seja desenvolvida.

Posteriormente, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394/96 também veio trazer importantes orientações sobre a educação e a gestão das instituições educacionais, assim como afirma o artigo 14 ao propor a participação coletiva na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), a participação da comunidade escolar em conselhos escolares e no art. 15 a busca pela conquista progressiva da autonomia pedagógica, administrativa e financeira das instituições, seguindo as normas gerais do direito (BRASIL, 1996).

Atualmente, a educação é vista como um direito de todo o cidadão, tratada até mesmo como um direito fundamental inerente à pessoa humana, simplesmente por ser humana. É considerada ainda como um direito universal, imprescritível, irrenunciável e inalienável. Delevatti (2006) cita que a educação é um direito de todo ser humano e que se liga, diretamente a sua dignidade.

A perspectiva de Sarlet (2004) é a de que a educação é um direito social e necessária para que o cidadão possa usufruir-se dos demais direitos civis, políticos e sociais e é por isto que faz parte dos direitos fundamentais do homem. Nesse contexto, diferencia-se o que são direitos humanos do que é direito fundamental.

Diante disso, é que o termo “direitos fundamentais” envolve aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados pelo direito constitucional positivo de algum Estado. Os “direitos humanos” têm ligação com o direito internacional, tratando-se de posições jurídicas ligadas ao ser humano, não interessando onde ele viva ou a que Constituição sua vida seja regida, tem valor universal, sendo, supranacionais.

2.1.1 O Que é Gestão?

A compreensão sobre o que a gestão escolar exige primeiramente que se compreenda o que é a palavra “administrar”, esta que de acordo com Andreotti, Lombardi e Minto (2012, p.23) “advém do latim *administrare*”, que indica o ato de gerir, governar, dirigir seja um negócio público ou privado. Já de acordo com paro (2010) o ato de administrar indica o uso racional de diferentes recursos para o alcance de objetivos, onde, prevalece a dimensão econômica, buscando concretizá-los no menor tempo possível, com o mínimo de recursos.

O processo de administração como forma de conduzir os diversos tipos de recursos é tratado de forma histórica e envolve diversas lutas sociais, interesses

políticos e vários deles estão em voga na sociedade atual. Assim sendo, a administração passou por diversas transformações que acompanharam as mudanças sociais, e nos últimos anos, com a intensificação do capitalismo, tomou ainda maior importância (ANDREOTTI, LOMBARDI, MINTO, 2012).

Atualmente, a administração encontra características diferenciadas daquelas vistas há tempos, especialmente pela maior preocupação com o processo de planejamento e organização das tarefas a serem desenvolvidas. Por isto, Chiavenato (2003, p.12) considera que “há um olhar diferente para a administração nos dias de hoje, pois antes era uma prestação de serviço e hoje a mesma é vista como envolvimento de todos num planejamento e organização de atividades que requer controle”, por isto, define-se o processo de administrar como aquele responsável por alcançar um objetivo, dando origem ao seguinte conceito:

Administração vem do latim ad (junto de) e ministratio (prestação de serviço), portanto, administração é uma ação de prestar um serviço. Hoje, administração não está relacionado ao governo ou condução de uma empresa, e sim, em todas as atividades que envolvem planejamento organização, direção e controle. [...] (CHIAVENATO 2003, p. 12)

O ato administrar é algo que sempre esteve presente na vida das pessoas, até mesmo na Bíblia, em êxodo, capítulo 15, citado por Ferreira (1995), conta-se a história de Moisés, um homem que liderou o seu tempo, buscando salvar o povo de Israel das mãos do Faraó, comandando mais de 1,8 milhões de pessoas, por 40 anos, o que é considerado por muitos especialistas como um dos maiores atos de administração de todos os tempos. Desse período para a atualidade, logicamente, muita coisa mudou e a Revolução Industrial e o fortalecimento do capitalismo fizeram com que a administração se tornasse ainda mais importante e significativa dentro das organizações, principalmente pelo aumento do número de trabalhadores nas mesmas (CHIAVENATO, 2003).

Administrar, porém, não é gerir, somente as relações do homem com a natureza, mas dos homens entre si, e dentro da sociedade capitalista, a produção envolve esforços coletivos e por isto, administrar essas relações é imprescindível para que a instituições consiga alcançar bons resultados técnicos, financeiros, estruturais e humanos (CHIAVENATO, 2003).

Compreendido o conceito de administração em geral, cita-se que as discussões em torno desse processo iniciaram-se no espaço empresarial, porém, passaram a ser direcionados, também, para o espaço das instituições de ensino. Administrar é a tarefa básica do diretor, que deve gerir tanto os recursos humanos como os financeiros de forma eficaz e eficiente (CHIAVENATO, 2003).

No caso da escola, o objetivo da administração é empregar, racionalmente os recursos e colocar em prática outros atos que vão além do conceito de administração e por isto, ele foi transformado ao longo da história, levando em consideração as demandas que fazem parte da sociedade e especificamente das instituições de ensino (CRUZ, 2009). A administração da escola é feita de forma coletiva, assim como afirma Cruz (2009, p.68) ao dizer que:

Deve ser destacada a grande contribuição dos professores que, através da sua prática docente, da relação com os alunos, com seus pares e outros membros da instituição, acabam engendrando valores, posturas, visões de mundo que influenciam, de forma significativa, a cultura da escola.

Nesse contexto, a escola deve oferecer ao aluno condições ideais para que ele aprenda, que desenvolva sua criatividade, seja participativo e crítico em relação ao que vivencia em seu dia a dia, sendo uma administração moderna que não venha a interferir na aquisição e desenvolvimento dos conhecimentos do aluno.

Com o passar dos anos, a sociedade modificou-se a tal ponto em que as instituições passaram a desenvolver um novo modelo de administração, gerando sobre ela uma nova nomenclatura, a gestão, este que tem origem latina nos termos “gerere” ou “gestione” cujo significado é conduzir, governar, dirigir e no português o termo passou a designar a ação de administrar, de gerir a vida, a capacidade de gerir pessoas e as coisas que lhe pertencem (SILVA, 2007). Reafirmando o termo, Oliveira e Menezes (2018) citam Andrade (2001) para quem tomando a língua portuguesa a palavra gestão indica a ação de dirigir, de administrar, tanto a vida, como os destinos ou capacidades de pessoas ou da parcela de uma sociedade. Por ter uma ação voltada ao processo de orientação, também se preocupa diretamente com o planejamento, distribuição de bens e da produção desses bens.

A gestão escolar é o processo responsável pela articulação entre todos os setores da escola para que o trabalho possa ser desenvolvido em busca de uma educação de qualidade. Essa gestão precisa ser desenvolvida diante de uma sociedade cada vez mais globalizada e tecnológica e onde esses elementos trazem

implicações sobre o espaço da escola e sobre a educação, levando-a a vivenciar constantes mudanças. Essa gestão precisa lidar com as mudanças, tomar decisões e buscar o trabalho coletivo em busca de uma educação de qualidade (LIBÂNEO et al, 2011).

Garay (2011) citado por Oliveira e Menezes (2018) referem-se a gestão como um processo utilizado para dirigir uma instituição, tomando decisões que levam em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis nessas instituições. Essa gestão tem ligação com o processo administrativo e no caso da escola, envolve planejamento, organização, direção, controle e tarefas, recursos e alcance de objetivos educacionais.

Para Andrade (2001), mesmo que a administração seja vista como um conjunto de ações burocráticas, sem uma visão humanística, voltada para a área do planejamento, da distribuição de bens e ainda para a produção, ela não pode ser tratada de forma isolada, sem levar em consideração o contexto em que a instituição está inserida, e no caso da gestão escolar, a instituição sofre consequências de tudo o que acontece fora dela. A gestão ocorre de forma coletiva, organizada, em um grupo e para o grupo.

De acordo com Silva (2007, p.22):

Gestão nos lembra gestação, gerir, dar a vida, e, como tal, nos agrada, porque, em se tratando da escola, nosso objetivo principal é fazer com que a vida dos seres humanos que passam por ela (escola) se torne mais promissora, mais digna, mais justa, mais humana. Isto para nós é mais viver, mais gerir, é mais felicidade. Nesse sentido, gestão vai além do seu conceito primeiro que diz respeito à ação de dirigir, administrar.

Como já dito, administrar/gerir as escolas são processos que se modificaram consideravelmente ao longo do tempo, baseando-se nas características de cada momento histórico e até mesmo nos objetivos que eram traçados para as instituições de ensino e para a educação como um todo.

Assim sendo, quando se discute especificamente a gestão escolar, é preciso que o termo seja utilizado em detrimento da administração escolar, compreendendo que são termos distintos quando se fala em educação. Oliveira e Menezes (2018) afirmam que no caso da administração, ela envolve uma concepção mais técnica, hierarquizada e fragmentada da educação, baseada em poder e autoridade e por isto a preferência pelo uso do termo gestão escolar, que segundo os autores “leva ao conceito de compartilhamento de ideias, participação de todos no processo de

organização e funcionamento da escola” (OLIVEIRA e MENEZES, 2008, p.05). Nessa realidade, é preciso considerar que gerenciar uma escola é diferente de gerir outros tipos de instituições, pois a finalidade, a estrutura pedagógica, assim como os tipos de relações internas e externas dessas instituições diferem-se das demais.

De acordo com Ferreira (2000), a gestão escolar tem sua história ligada a história da administração e esta se divide em três fases históricas. A primeira delas envolve as teorias tradicionais de gestão, destacando-se teorias de autores como Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que deram origem a escola de Administração Científica, e o francês Henri Fayol (1841-1925), que deu origem a escola Clássica de Administração. Há o destaque também para Elton Mayo (1908-1949) e a Escola de Relações Humanas, e Douglas MecCregor (1906-1964) que criou as teorias X e Y e ainda a Teoria Sistêmica de Ludwig von Bertalanffy.

Na segunda fase, o destaque é para as teorias administrativas como a Administração por Objetivos (APO) de Peter Drucker (1909-2005), a Administração Contingencial que surgiu a partir do aprofundamento da Teoria Sistêmica e a Administração Estratégica, a Administração Participativa que é conceituada por Maximiano (1995, p.19-20) como uma “filosofia ou política de administração de pessoas, que valoriza sua capacidade de tomar decisões e resolver problemas. A administração participativa contribuiu para o melhor desempenho e a competitividade das organizações” e ainda a Administração Japonesa que propôs que os trabalhadores deveriam participar, diretamente da administração das instituições.

Na terceira fase da gestão/administração, surgem as teorias como as Teorias Emergentes de Administração do físico Fritjof Capra (1939) e divide-se em teoria da Reengenharia e traz a proposta de que a empresa deve adaptar-se ao ambiente e a Teoria da Administração Virtual com elo na revolução da informação, ocorrida a partir dos anos 90 (SILVA, 2007). Todas essas teorias foram criadas para a área econômica, porém, foram adaptadas e influenciaram o espaço das instituições de ensino.

Em relação à gestão escolar, tal processo possui suas singularidades e segundo Silva (2007), no 1º Simpósio de Administração Escolar (1961) foram definidos os seguintes elementos que deveriam compor essa gestão: o planejamento, buscando conhecer a realidade da instituição do ensino, permitindo uma maior concretização do processo educacional; a organização, que é o ato de

compor a estrutura da instituição; a assistência à execução, que envolve os diversos cuidados preliminares, análises dos recursos necessários para que todas as ações sejam desenvolvidas e que a prática educativa ocorra com sucesso.

Em relação a esse processo histórico, de 1964 a 1985, o Brasil passou pelo período de ditadura militar, quando direitos civis básicos foram infringidos, e a população ficou totalmente excluída das decisões em torno de como funcionava as escolas e sobre a vida escolar dos alunos. Por volta da década de 1980, com a redemocratização do país, iniciava a luta pelo processo de gestão democrática das instituições de ensino. De acordo com Martinelli e Ferreira (2016, p.08):

Após esse período, a sociedade passou a pedir por uma gestão mais democrática e uma prática mais inclusiva, tendo em vista o movimento de renovação política que o Brasil vivia. A partir de então, inicia-se a participação da sociedade na administração da escola, com a participação dos segmentos da comunidade escolar nas decisões da escola, a qual passa a ser, local privilegiado para diversidade de opiniões e pensamentos.

Com a Constituição Federal de 1988, a questão da administração/gestão foi tratada no art. 206, onde afirma-se que ela deve ser democrática e participativa e no inciso VI considera-se que “a gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Também nesse documento ficaram definidos princípios e conceitos como o da participação social e do controle social, criando uma concepção mais liberal de gestão escolar, propondo que a gestão envolvia algo além do processo de administração, necessitando da participação das comunidades escolares na tomada de decisões (ALONSO, 2002).

A gestão passa a ser um termo cada vez mais utilizado diante de um contexto educacional que vivencia inúmeras mudanças e onde busca-se que as decisões sejam descentralizadas das mãos de uma só pessoa. Passa-se a valorizar mais a participação da comunidade escolar de forma consciente e esclarecida na tomada de decisões, fazendo planejamentos de qualidade e construindo rumos de qualidade para a educação. A busca pela gestão é fortalecida através da busca pela democratização do processo pedagógico, de uma participação responsável da comunidade escolar nas decisões que se fazem necessárias na escola e que haja o compromisso coletivo na conquista de resultados educacionais mais efetivos e significativos.

Na década de 1970, os educadores passaram a ter uma postura mais crítica e participativa dentro da sociedade, dando origem a associações profissionais e

acadêmico-científicas que se intensificaram na década de 80. Sarubi (2018, p.01) comenta que:

Os educadores mobilizavam-se em torno da reconstrução da função social da escola, refletindo a preocupação com o significado social e político da educação. Na pauta dos debates levantados, estavam a qualidade da educação pública e a democratização do ensino.

Foi assim que na década de 1980 foram desenvolvidas inúmeras políticas públicas que geraram a maior democratização da educação brasileira, pela melhoria da qualidade de vida e da educação brasileira.

Há de se considerar que a gestão nem sempre teve a importância e as características que possuem nas instituições como acontece nos dias de hoje. Foi com a maior busca por uma educação de qualidade que as preocupações com gestão se intensificaram. De acordo com Libâneo et al (2006, p.117) “em todas as reformas educativas, a partir da década de 80, a questão da qualidade aparece como tema central. Na realidade, a educação busca um novo paradigma que estabelece o problema de qualidade, uma pedagogia da qualidade”. O trabalho precisa ser direcionado de forma que as funções e objetivos sejam direcionados para a construção de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Mesmo sendo uma formadora de valores, a escola não pode ser tratada como uma empresa, uma vez que “a escola não é fábrica, mas formação humana” (LIBÂNEO et al, 2006, p.117). A gestão precisa utilizar seus recursos para que seja construído um espaço de formação humana por excelência, onde o ser humano cresça pessoal e profissionalmente, e nesse contexto a Constituição Federal de 1988 em seu art. 206, item VII definiu que a educação deveria ser gratuita em todos os níveis, sendo dever do Estado promovê-la.

Nesse mesmo momento, a Carta Magna definiu a gestão democrática como um princípio, utilizando práticas que já existiam em cidades como Boa Esperança (ES), Lages (SC), entre outras. Todo esse movimento envolveu a sociedade e governo como demonstra Sarubi (2018, p.02):

É importante ressaltar que essa incorporação não ocorreu de forma passiva, pelo contrário, resulta de embates entre a Assembleia Constituinte e os movimentos dos educadores, fortalecidos pela participação da sociedade brasileira na reivindicação por uma escola pública e por melhores condições de trabalho e remuneração dos professores.

No caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sua primeira menção ocorreu na Constituição Federal de 1934, porém foi em 1961 quando foi criada a sua primeira versão, seguida por outra em 1971, que vigorou até a promulgação da Lei nº. 9394/96, sancionada em 20/12/1996, documento que veio trazer uma nova perspectiva sobre a questão da gestão educacional, citando a necessidade da gestão democrática, que só poderia ser alcançada se as instituições tivessem autonomia financeira, pedagógica e administrativa.

Com base no que fora proposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a preocupação da gestão deve ser com o desenvolvimento de competências sociais, com liderança, autonomia, responsabilidade. Diante desse contexto, Luck (2006, p.34) afirma que “a gestão aparece, pois, como superação das limitações do conceito de administração, como resultado de mudanças de paradigma”. Isto quer dizer que se a sociedade tem mudado e gerado efeito sobre a educação, é preciso que as instituições também se adaptem a essa nova realidade.

Luck (2006) afirma que é imprescindível que seja mudado o paradigma da administração, dando origem ao paradigma da gestão, onde é preciso compreender esse conceito a partir do que é citado por Capra (1993) apud Luck (2006) ao citar “a totalidade de pensamentos, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade, uma visão que é base do modo como uma sociedade se organiza”. (CAPRA, 1993 apud LUCK, 2006, p.34). Essa nova modalidade de gestão propõe uma escola onde todas as partes trabalhem de forma conjunta, onde todos os atores que fazem parte da instituição, assim como a comunidade fora dela possam envolver-se em busca da solução de problemas e na busca por uma educação de maior qualidade para todos.

2.1.2 A Gestão Democrática: Conceitos e História

Até que a proposta da gestão democrática chegasse as instituições de ensino, as escolas possuíam um trabalho fragmentado, onde cada profissional possuía um olhar apenas para suas funções e não para a totalidade da educação. Aos poucos foi observado que era preciso descentralizar das mãos do diretor e de seu grupo administrativo todas as decisões sobre os rumos da escola e buscou-se

uma nova perspectiva, onde de acordo com Luck (2006, p.82) buscava-se a “construção de mecanismos de autonomia de gestão pela unidade de atuação; tomada de decisão próxima do ambiente de ação; Competências técnico-políticas construídas e disseminadas por todo sistema”. A partir daí todas as ações deveriam levar em consideração as necessidades da escola e a realidade de onde se inseriam, utilizando as competências de todos para promover a melhor qualidade da educação e do processo de ensino-aprendizagem.

Acreditava-se que a centralização da administração produzia um profundo distanciamento das ações políticas e da realidade/necessidade escolar e por isto a necessidade de investir na descentralização, que viria intensificar a democracia dentro da escola, de forma que todos não apenas dentro da escola, mas também fora dela, pudessem participar e contribuir para a melhoria educacional (LUCK, 2006).

A mudança de uma gestão centralizada pra uma gestão democrática, porém, não é algo fácil, necessitando ser um processo colocado em prática de forma contínua. Luck (2006, p.33) considera que “a gestão educacional ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional a partir de 1990, e vem-se constituindo em um conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas”. A gestão deve basear-se na proposta de melhoria da educação e todos que estão dentro da escola, assim como aqueles que dela fazem parte, devem participar desse processo.

De acordo com Luck (2006), a construção da gestão democrática envolve, diretamente, o relacionamento interpessoal de forma que todos se tratem horizontalmente e não de forma burocrática e que sejam valorizados em suas funções e em todas as contribuições que podem trazer ao espaço escolar. Para isto, todos precisam ter voz, a escola precisa abrir-se a opiniões, sugestões, críticas, de forma que todos possam contribuir para a qualidade da educação e onde todos os setores e profissionais, assim como famílias e a comunidade dividam as responsabilidades e possam trazer contribuições para a escola (LUCK, 2006).

Libâneo (2006) argumenta que a preocupação da gestão deve ser com processos e resultados, construindo organizações a serviços das pessoas, e no caso específico da educação ter foco no desenvolvimento, na aprendizagem e na construção da organização, buscando alcançar resultados através do trabalho de diferentes profissionais e na contribuição da família e da comunidade.

Sem democracia não há gestão participativa, pois é preciso reconhecer que todos podem contribuir para a construção de uma educação de qualidade, mas, todos devem trabalhar sob orientação, organização, planejamento e avaliação constante, para que os resultados possam ser alcançados com maior eficiência. Assim, para Libâneo (2006, p.318) a “gestão é, pois, a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” e assim, ela deve ser utilizada de forma que se possa garantir o melhor ambiente possível de trabalho e de desenvolvimento para a educação.

A gestão democrática tem sido tratada a partir de diferentes perspectivas, por diferentes autores. Para Luck (2006), por exemplo, a gestão participativa na escola envolve todos os atores que fazem parte da instituição escolar, as diferentes funções e de que forma como cada um pode contribuir com o processo educativo, com sua qualidade e importância social. A autora chama a atenção para a necessidade de compreensão sobre a ligação entre o conceito de gestão e o de participação, de trabalho coletivo, onde profissionais como o gestor e o coordenador tem além de todas as suas funções cotidianas, devem orientar e envolver os demais atores educacionais de forma que eles venham a contribuir com a tomada de decisões que auxiliem a escola.

Desenvolver uma gestão democrática indica a construção de um novo modelo de escola, onde ela adapte-se a realidade da globalização, onde haja interdependência, visão holística (global), autoconstrução, busca por melhoria contínua da qualidade de educação, onde todos contribuam com um trabalho democrático, coletivo e participativo, o que se demonstra de fundamental importância para alcançar o sucesso da educação. De acordo com Coelho e Linhares (2008, p.07):

A liderança participativa é uma estratégia empregada para aperfeiçoar a qualidade educacional. É a chave para liberar a riqueza do ser humano que está presa no sistema de ensino. Baseada no bom senso a delegação de autoridade àqueles que estão envolvidos na produção de serviços educacionais, é construída a partir de modelos de liderança compartilhada, que são os padrões de funcionamento de organizações ao redor do mundo, com alto grau de desempenho.

Na gestão democrática, as pessoas compartilham responsabilidades, tornam-se mais conscientes da necessidade de sua participação dentro da escola e

contribuem, cada uma dentro de sua qualificação para o alcance de objetivos da instituição e da educação como um todo.

Gurgel (2008) faz considerações em torno dos benefícios da gestão democrática na escola afirmando que nela, todos trabalham em torno de um único objetivo, que é a produção de uma educação de qualidade, havendo a vontade coletiva de melhorar, de ajudar, de trocar experiências de forma positiva. Assim, a gestão democrática deve garantir que as diversidades humanas e profissionais existentes na escola sejam respeitadas e que cada um, dentro de suas qualificações e possibilidades possam trabalhar em prol da escola e da educação. De acordo com Gurgel, é essa união de diferentes profissionais e pessoas em torno de um único objetivo que possibilita mais chances de sucesso e alcance de objetivos para a educação:

Muitas cabeças pensam melhor do que uma e ideias diferentes podem se complementar. Na escola, porém, essa lógica parece não funcionar com naturalidade. A discordância é intrínseca à dinâmica de grupos, mas é preciso saber explicitar as divergências sem levar para o lado pessoal. O diretor é a figura que deve coordenar esse processo e propiciar a construção de consensos, que serão sempre provisórios. Toda decisão deve ser revista quando houver necessidade. (GURGEL, 2008, p.01).

Mesmo que o diretor/gestor tenha em suas mãos um grupo diversificado, ele consegue direcionar seus esforços em busca de uma educação de qualidade, onde haja compromisso social. Nesse contexto, é preciso lembrar que a escola é formada por pessoas diferentes entre si, e que estas precisam dialogar, entrando em consenso para assim contribuir para com a educação.

De acordo com Pires (2004) questões como os horários, a organização das turmas, o planejamento, a relação da escola com a família, dentre outros quesitos agem diretamente sobre o processo de ensino e aprendizagem, facilitando ou dificultando esse processo. Sendo assim, considera que na escola, nada é somente administrativo ou somente pedagógico, tudo está interligado, seja no sucesso ou no fracasso. A autora ainda observa que:

A função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional. Quanto mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação. Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto às

suas funções e ao seu papel na instituição escolar (PIRES, 2004, p. 182)

Observa-se que há a referência ao papel do coordenador pedagógico nas instituições de ensino e como este pode desenvolver um trabalho conjunto entre gestão, professores e famílias, possibilitando que o processo de ensino e aprendizagem consiga atingir seus objetivos com maior facilidade.

Portanto, é preciso que os diversos profissionais da escola compreendam bem as suas funções e a importância da participação da comunidade dentro da escola, para que juntamente com eles possam desenvolver um trabalho de real qualidade que atinja a todos, sem exceção, produzindo não somente uma gestão democrática, mas, sobretudo, sempre um ensino mais eficaz e de qualidade, valorizando-o frente às necessidades da instituição e seus profissionais, que apresentam abertura para esse trabalho e colocam em prática propostas e projetos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) também trata dessa questão, afirmando que a educação pública deve ter na gestão democrática um de seus princípios, pois é uma forma de melhorar a qualidade do ensino oferecido nessas instituições. Quando uma escola se propõe a colocar em prática a gestão democrática, ela precisa desenvolver atitudes e ações que levem a condições necessárias para que haja participação, pois sem ela, não há democracia. A participação envolve o planejamento, a tomada de decisões, a avaliação de resultados, a adaptação a mudanças, dentre outras questões (MARTINELLI e FERREIRA, 2016).

O pressuposto básico para a construção da gestão democrática é a participação da comunidade escolar e esta inicia-se, por exemplo, quando o gestor é escolhido e de acordo com Silva (2007, p.26) argumenta que:

os gestores escolares serem escolhidos pela comunidade escolar é a esta que eles devem defender os interesses, o contrário disso, no caso dos diretores escolhidos (indicados) pelo poder executivo local, primordialmente e preferencialmente o gestor vai atender os interesses do executivo, que nem sempre coincidem com os interesses da comunidade escolar; nesse caso, a escolha de diretores escolares, via eleição livre e direta, pode não ser a melhor forma, mas, ao nosso ver, é a melhor que temos no momento.

Assim, a eleição é o primeiro passo para que a gestão democrática seja efetivada, pois o diretor é escolhido pela maioria da comunidade escolar, trabalhando em prol da instituição de ensino e sendo apoiado pela comunidade.

Corrêa (2000) ainda enfatiza o fato de que a gestão democrática tem seus próprios desafios e por isto é importante que ela seja bem compreendida por seus participantes, assim como eles precisam conhecer bem a realidade da instituição.

Paro (2010) afirma que, nos dias de hoje, a gestão democrática baseia-se na atuação de um gestor que coordena a participação de outros indivíduos na gestão da escola, desde pais, profissionais, alunos e a comunidade como um todo. A participação de diferentes atores sociais faz com que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, atendendo os objetivos e as necessidades da instituição. A participação, porém, exige conhecimento, é o que afirma Martinelli e Ferreira (2016), citando ainda o esclarecimento sobre o que é participar, como é possível contribuir em busca de uma educação de mais qualidade. Assim, é preciso criar a cultura da responsabilidade entre todos os participantes. Para Paro (2010)

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para participação propriamente dita, que é a partilha do poder: a participação na tomada de decisões. É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como fim em si mesmo, quer como sucedâneo da participação nas decisões quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo. Mas a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem número de obstáculos para concretizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir diante das primeiras dificuldades (PARO, 2010, p.01).

Quando fala-se em participação da comunidade, exalta-se uma questão que é recorrentemente discutida, pois as famílias pouco participam do ambiente escolar, não havendo interação entre família e escola. A participação da comunidade poderia auxiliar que problemas pudessem ser solucionados com maior rapidez, que a instituição de ensino estivesse mais próxima da realidade dos alunos, dentre outras questões.

A participação do diretor na construção da gestão democrática é imprescindível, pois é ele quem irá colocar em prática a gestão democrática, formando equipes de trabalho, abrindo a escola para formas diferenciadas de participação, levando em consideração os aspectos legais e as necessidades que existem na escola. Ele precisa seguir a legislação vigente e em casos de dúvidas,

procurar auxílio nos órgãos competentes (LUCKESI, 2007).

Luckesi (2007) define a escola como “o que são seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade” e se todos eles trabalham de forma coletiva em busca de resultados, a possibilidade de sucesso é muito maior. Assim sendo, a escola é administrada em função da comunidade, devendo ter a participação efetiva de todos dentro dela, comunidade, sendo o reflexo da maneira como é administrada, reflexo este que pode ser tanto positivo, como negativo.

Se a escola é um espaço social, assim como afirma, Paro (2010) e se nela ocorre a aprendizagem, é a gestão democrática que irá possibilitar a construção emancipadora da existência das pessoas e da humanidade. Essa organização administrativa e pedagógica que percebe a escola como um espaço social é a busca de grande parte dos gestores na atualidade.

Sem que a gestão da escola abra possibilidades de participação, a gestão democrática não pode ser colocada em prática na escola. Por isto, é preciso que haja espaço para que as pessoas tenham ideias, para que demonstrem seus pensamentos, troquem experiências e busquem aquilo que seja melhor para a escola e para a educação e dessa maneira,

[...] a escola é vista como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais. (HORA, 2000, p. 34)

A socialização do saber precisa acontecer em todos os espaços da escola e não apenas em sala de aula e por isto, é preciso que todos possam falar sobre suas experiências, sobre como acham que os problemas podem ser solucionados, sobre aquilo que veem como positivo e que precisa ter continuidade, enfim, é preciso saber falar e saber ouvir e acatar aquilo que é melhor para as instituições.

Silva (2007) afirma que no campo educacional já existem várias experiências que tem possibilitado a participação e autonomia. Em muitos casos, os administradores escolares têm aberto possibilidades para que a comunidade possa ser melhor acolhida e que receba incentivos para que também participe e auxilie a cuidar mais da educação, já que ela também recebe os benefícios de uma escola e de uma educação de qualidade. Mas também há aquelas instituições que se dizem

democráticas, porém, não promovem uma real participação da comunidade escolar.

A gestão democrática é um processo de fundamental importância para que seja desenvolvido o trabalho coletivo nas instituições de ensino, pois é ela que possibilita que as equipes pedagógicas e administrativas trabalhem de forma conjunta em prol de uma educação de qualidade para todos. Martinelli e Ferreira (2016, p.03):

Quando se consegue a participação das Instâncias Colegiadas, junto às equipes, o trabalho se completa sendo assim possível resolver as questões pedagógicas e administrativas no coletivo. A integração com os professores reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem dos educandos, através de um projeto político-pedagógico bem elaborado, com conteúdo significativo e uma visão democrática de sociedade, formando o aluno para a vida e para exercer sua cidadania.

Fica claro que se todos participam do planejamento, das escolhas, da solução de problemas, da busca por bons resultados, assim como da obtenção de mudanças é possível que haja a construção de uma escola e de uma educação de qualidade para todos, contribuindo para uma sociedade mais democrática e igualitária.

Um dos elementos mais básicos dentro do processo de construção da gestão democrática é a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. Veiga (2001) afirma que a construção do PPP deve ter por base decisões participativas, organização de trabalhos pedagógicos onde não haja conflitos nem contradições, busca por autonomia escolar, participação em projetos e superação dos problemas que de alguma forma atingem o trabalho educativo e impedem a formação do aluno.

De acordo com Gonçalves (2012) as pessoas que irão participar da elaboração do PPP precisam ser conhecedoras da realidade da instituição, para que assim possam traçar objetivos condizentes com suas necessidades, destinando-as de forma correta em relação às características dos alunos, assim como dando possibilidades para que as mesmas sejam criticadas ou alteradas e que um diagnóstico de cada ação possa ser feito, detectando problemas e trazendo possíveis soluções para sua superação. E, portanto, seria importante que a escola abra a oportunidade para que a comunidade participasse mais da construção do seu Projeto Político Pedagógico e de atividades diversificadas, pois seria uma maneira de aproximar essa escola das questões vivenciadas pela comunidade ao qual pertence.

Diante deste contexto, Ficagna (2009, p.22):

A construção do PPP da escola exige uma rigorosa metodologia de trabalho. Acreditamos que o planejamento participativo é a ferramenta mais eficaz, pode contribuir para que toda comunidade escolar participe dos projetos educativos da escola. A execução de um projeto de qualidade nasce da própria realidade, ser executável e capaz de prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação, articulando assim, toda comunidade, conforme a realidade, e ser contínuo.

É na elaboração do PPP que a escola pode mobilizar pessoas, identificar parceiros e colaboradores, quem são aquelas pessoas preocupadas com a educação, quais podem motivar os colegas, quem tem boas ideias e experiências a serem compartilhadas, quem pode auxiliar na construção de um novo ambiente escolar em prol de uma educação de maior qualidade para todos.

Gadotti (1994) citado por Ficagna (2009) cita que o PPP é capaz de estabelecer uma reflexão importante para que uma nova reflexão seja construída em torno das ações que precisam ser construídas para que uma nova realidade seja colocada em prática na escola. Ações exigem planejamentos e estes exigem ideias, e tudo precisa ser realizado levando em consideração as possibilidades, assim como os limites das instituições, facilitando que elas cresçam e com ela, também, aqueles que fazem parte da instituição.

É de grande importância que as instâncias governamentais venham a assumir responsabilidades de forma clara, estabelecendo laços entre escola e esferas do governo, é o que afirma Gadotti (1994) apud Ficagna (2009, p.28):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, através de um período de instabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis comprometendo seus atores e autores.

O PPP não é um documento que exige tarefas burocráticas, ele precisa ser não apenas construído, como vivenciado por toda a comunidade escolar que precisam envolver-se com a educação e com os rumos que a escola está tomando, com as mudanças que precisam ser colocadas em prática. Esse projeto ainda tem dimensão política, no sentido de formar cidadão para um determinado tipo de sociedade e pedagógico porque auxilia a escola a efetivar seu objetivo que é o de formar cidadãos participativos, responsáveis, compromissados, críticos e criativos (FICAGNA, 2009).

Há de se considerar que a elaboração do PPP, assim como a eleição de um diretor são apenas alguns dos passos para que a gestão democrática seja colocada em prática. É preciso um processo contínuo, que envolva os atores educacionais dentro e fora da escola, boa vontade, responsabilidade, conhecimento da legislação, enfim, inúmeros processos a serem desenvolvidos e que venham desembocar diretamente em uma gestão democrática, compartilhada e de qualidade.

De acordo com Luck (2007) citado por Oliveira e Menezes (2018), quando se fala em gestão democrática é preciso que haja uma participação ativa dos professores e de toda a comunidade escolar, para que assim todos trabalhem em prol da qualidade de ensino e que ela atinja todos os alunos. Essa gestão deve coordenar toda a dinâmica que envolve o sistema de ensino como um todo e da escola em específico, evidenciando como as políticas educacionais públicas são construídas e como elas são colocadas em prática dentro do ambiente escolar. Segundo Oliveira e Menezes (2018, p.05):

Esse projeto deve estar comprometido com os princípios da democracia e com um ambiente educacional autônomo, de participação e compartilhamento, com tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados, acompanhamento, avaliação e retorno de informações. Por fim, precisa apresentar transparência através da demonstração pública de seus processos e resultados.

Gestão democrática exige trabalho coletivo, exige pessoas que sejam comprometidas com sua profissão, com os objetivos da educação e que desejem alcançar um objetivo que não é só seu, mas de toda uma sociedade que necessita de uma educação de qualidade, que gere cidadania a todos.

2.2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E FAMÍLIA – uma parceria necessária no processo de ensino e aprendizagem dos alunos

Neste capítulo pretende-se fazer considerações em torno da importância da gestão democrática, como ela é construída na escola e de que forma as famílias podem e devem fazer parte dessa gestão, contribuindo para o processo de aprendizagem dos alunos, assim como para a solução de problemas da escola.

2.2.1 A Evolução do conceito de Família

Antes de falar sobre a importância da participação da família na educação escolar, é preciso primeiramente considerar que as famílias da atualidade são bem diferenciadas das que existiam há décadas, principalmente porque as mulheres ganharam espaço no mercado de trabalho, tornaram-se mais independentes, porém, com menos tempo para cuidar dos filhos, além disto, o número de homens e mulheres que criam os filhos sozinhos também aumentou, trazendo um novo formato para as famílias.

O conceito apresentado evidencia como a família é o primeiro grupo social do qual um indivíduo faz parte, onde tem as primeiras aprendizagens e desenvolve os primeiros laços afetivos. O ambiente familiar, portanto, irá agir, diretamente, sobre o processo de formação desse indivíduo.

De acordo com Engels (2006) a expressão “família” nem sempre teve o

mesmo significado dos dias atuais, ao contrário, entre os romanos, por exemplo, não se utilizava esse termo para referir-se a um casal e seus filhos, mas para referir-se a um escravo, onde “famulus” significava escravo doméstico e família era o conjunto de escravos que pertenciam a um único proprietário. A família nesse período era originada muito mais pela autoridade que o pater famílias exercia do que pelos laços de sangue ou afetividade.

Farias e Rosenvald (2011) afirmam que historicamente falando, é impossível criar um único conceito para a família, isto porque essa instituição social sofreu mudanças com o decorrer da história e das próprias mudanças que atingiram o país no decorrer dos séculos. Há de se considerar, porém, que como o Estado era altamente influenciado pela igreja católica, que havia regras implícitas que eram seguidas e que faziam com que uniões que não advinham do casamento católico sofressem preconceito.

De acordo com Chiavenato (1999), com o passar do tempo, o Estado deixou de sofrer tantas interferências da igreja e passou a disciplinar a família sob o enfoque social. A partir daí, as famílias passaram a ser vistas como um mero agente integralizador do Estado e tratada como peça fundamental dentro da sociedade. É assim que se inicia a mudança do ideal patrimonialístico, abrindo espaço para outros modelos familiares baseados na afetividade e não mais, apenas, no casamento.

Até a promulgação da Constituição de 1988, o rol de conceitos em torno da família era taxativo e bastante limitado, pois apenas era reconhecido como família o grupo gerado a partir do casamento, assim como definido, anteriormente, pelo Código Civil de 1916. Tal legislação sofria influência francesa, cuja base eram parâmetros matrimonializados. Essa valorização excessiva ao casamento era bem nítida, quando, por exemplo, em um divórcio, a pessoa considerada como culpada pela separação, tinha várias sanções, o que, em muitos casos, era uma forma de manter o laço matrimonial. De acordo com Chiavenato (1999, p.13) “era basicamente o sacrifício da felicidade pessoal dos membros da família em nome da manutenção do vínculo de casamento”.

Noronha e Parron (2017), afirmam que, o Estado entendia que a família surgia, apenas após o casamento e se as pessoas se uniam sem essa convenção, não eram consideradas como família e, por isto, não mereciam proteção do Estado. Porém, com a promulgação da Constituição de 1988, passasse a pregar o conceito e o princípio da dignidade humana, e doutrinadores o tomam para a área da família.

Tal situação fez com que o Código Civil, que estava em tramite no Congresso Nacional antes da promulgação da Constituição tivesse que tratar da questão de forma mais ampla e levar em consideração aquilo que fora proposto na Carta Magna. Dias (2005) cita que “daí o sem-número de emendas que sofreu, tendo sido bombardeado por todos os lados”, tais emendas mostraram-se necessárias para atender aos anseios e as novas características apresentadas pela sociedade nesse período.

As inovações jurídicas passaram a ampliar-se a partir daí, e destacaram-se a busca por maior igualdade entre homens e mulheres, buscando protegê-los da mesma forma, garantir maiores direitos aos filhos que não haviam nascido em casamentos, assim como os adotados, tratamento diferenciado ao divórcio para dissolução do casamento civil, dentre outros aspectos. Promoveu-se ainda a equiparação em relação a direitos para as famílias formadas através do casamento, assim como para aquelas que advinham de união estável ou famílias monoparentais (estas que são tidas como novas figuras do ordenamento jurídico brasileiro) (BRASIL, 1988).

É preciso citar que a mudança de postura social sobre a mulher e sua maior participação social fez com que houvesse consequências sobre a formação das famílias. De acordo com Farias e Rosenvald (2011), por muito tempo a mulher foi tratada como inferior ao homem, não tendo sua capacidade reconhecida. Com as mudanças sociais, a família passou a ser imputado maior prioridade ao próprio ser humano, não podendo ter seus direitos violados, especialmente ao que se refere à questão da dignidade humana.

Se até o Código de 1916 a família tinha como principais bases o matrimonializados, patriarcal, hierarquizado, heteroparental e biológico, tendo como principal função a reprodução e caráter institucional. Tal quadro modificou-se a partir da Constituição de 1988, assim como no Código Civil de 2002, “tratando-a como pluralizada, democrática, igualitária substancialmente, hétero e homoparental, sociológica ou socioafetiva e caráter instrumental” (BRASIL, 2002).

Observa-se, assim que houve a ampliação do conceito de família a partir da promulgação da Constituição de 1988 e atualmente, o reconhecimento das famílias formadas por homossexuais é tida como uma das mais importantes ações do Supremo Tribunal Federal, dando maior proteção a esses indivíduos e valorizando a união estável, esta que se faz cada vez mais presente na sociedade brasileira

(BRASIL, 1988).

Como já dito, a Constituição de 1988 possibilitou que o conceito de família fosse ampliado, fazendo com que houvesse uma desvinculação do pensamento tradicional que, anteriormente, prevalecia no país e que apenas reconhecia a família como aquela composta por homens e mulheres que se unem a partir do matrimônio e, eventualmente pelos filhos que nascem dessa união (BRASIL, 1988).

Quando a Constituição de 1988 reconhece o princípio da dignidade humana (art. 1º), ela passa a abrir a possibilidade de que outras ideias, além do matrimônio também fossem reconhecidos, como é o caso da união estável (art. 226), da família monoparental (art. 226), estas que passaram a receber amparo constitucional. Noronha e Parron (2017, p.14) afirmam, porém que:

No entanto, necessário é mencionar que o rol do referido artigo não é taxativo, partindo do pressuposto de que, em seu preâmbulo, a Constituição deixa perfeitamente declarado os princípios da igualdade e liberdade, intimamente ligados ao princípio da dignidade da pessoa humana. Nessa esteira de pensamento, como é o indivíduo o ponto principal, o elemento finalístico para receber a proteção do Estado, tem-se que todas as demais normas, principalmente as que dizem respeito ao direito de família, devem regular as mais variadas e íntimas relações do ser humano no seio social, o que significa afirmar que as demais formas de entidades familiares, mesmo não expressas no texto constitucional, não podem ser marginalizadas e ignoradas, muito menos discriminadas, devendo receber o devido tratamento necessário para sua proteção.

Isto quer dizer que a Constituição possibilitou a valorização de todas as formas familiares, mesmo aquelas anteriormente não reconhecidas pela legislação, mas que, a cada vez mais fazem parte da sociedade brasileira, esta que teve o perfil de suas famílias modificadas de forma vertiginosa nas últimas décadas (assunto tratado, posteriormente). Assim, a Constituição de 1988 passa a tratar de diferentes tipos de entidades familiares, sendo elas: a família formada pelo matrimônio; a família formada pela união estável e a família monoparental (BRASIL, 1988).

De acordo com o Código Civil de 1916, a família era aquela instituição formada a partir do matrimônio, tendo como principais características a hierarquia e patrimonialismo. O homem, nesse modelo de família é tratado como chefe da família, aquele que serve de referência e mesmo que essa família fosse composta por homem e mulher, era o homem quem a identificava. A mulher, não tinha dinheiro ao trabalho, tendo suas atividades reduzidas a cuidar de casa e dos filhos, além de

não conseguir gerir seus próprios bens, de acordo com esse modelo, a família tinha como objetivo preservar o patrimônio e os filhos eram tidos para isto (NORONHA e PARRON, 2017).

É pela adoção deste tipo de modelo de família que o Estado acabava tendo uma oposição na aceitação a outros modelos de união, colocando o casamento como uma espécie de 'selo oficial' para atestar a existência dessa família. Noronha e Parron (2017) afirmam que as mudanças sociais fizeram que com novas uniões, de diferentes tipos fossem existindo e se tornando diferentes do modelo tradicional de família e com a Constituição reconhece-se que a sociedade se modificou e que é preciso proteger seus integrantes.

Outro modelo de família é aquela formada pela união estável, esta que de acordo com Lamartine e Muniz (2013) apud Noronha e Parron (2017), surge a partir do momento em que não se vê o nexu "família-matrimônio" como um parâmetro a ser seguido, isto porque tanto o patrimônio, como as famílias são constituídas a partir de diferentes relações e situações, o que ficou explícito no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com os autores:

Partindo desse pressuposto, é incontestável a figura da união estável, que tem seu conceito ligado à uma entidade familiar exercida por um homem e uma mulher de modo público e contínuo, com semelhanças ao casamento. Atualmente, é reconhecida quando ambos convivem de maneira duradoura e objetivando constituir uma família; o que impera, na verdade, é o afeto entre os companheiros (LAMARTINE e MUNIZ, 2013 apud NORONHA e PARRON, 2017, p.29).

Isto quer dizer que a legislação reconheceu que os casais mesmo não tendo se casado, viviam sobre matrimônio e por isto, precisavam da proteção do Estado. De acordo com o art. 1.726 do Código Civil de 2002 a união estável pode ser convertida em matrimônio. A partir da Constituição de 1988 ainda surgiram outros tipos de leis em torno dessa questão, como é o caso da Lei dos Companheiros (Lei nº 8971, de 29 de dezembro de 1994) referindo-se aos direitos pertinentes à prestação de pensão alimentícia entre os companheiros assim como em relação a herança e a Lei dos Conviventes (Lei nº 9278 de 10 de maio de 1996) que trata da divisão de bens adquiridos onerosamente no decorrer da união entre os conviventes e outros aspectos do gênero.

A família monoparental é, de acordo com o art. 266 da Constituição de 1988

formada a partir de um dos pais e seus descendentes, ou seja, pode ser tanto a mulher que cria os filhos sozinha como também o homem que exerce essa função. De acordo com Noronha e Parron (2017, p.16) “são denominadas sociedades monoparentais que correspondem a uma parcela significativa da realidade de muitos brasileiros, seja em decorrência natural da estrutura organizacional familiar ou pelo avanço tecnológico”. O autor exalta, porém, que mesmo sendo amparada pelo Estado, que essas famílias não possuem seus direitos infraconstitucionais devidamente regulados e reconhecidos.

Atualmente falando, a questão do afeto passou a ser condição mais básica para a formação da família, assim como afirmam Noronha e Parron (2017) para quem a ideia de família tradicional, ligada por laços de sangue foi sendo afastada, dando lugar a novas entidades e arranjos, estes que não estavam previstos constitucionalmente, mas que estão presentes em toda sociedade, onde é a afetividade que liga as pessoas e fazem de um grupo uma família. Sobre isto, Dias (2009, p.53) argumenta que “existe uma nova concepção de família, formada por laços afetivos de carinho e de amor”.

Lobo (2014) citado por Noronha e Parron (2017) também partem da mesma perspectiva afirmando que onde há afeto, há família, e esta deve ser ligada por laços de liberdade e responsabilidade, consolidando-se a partir da comunhão de vida estabelecida entre as pessoas e tal premissa passou a ser utilizada, até mesmo em casos de adoção, onde é o ambiente afetivo e de proteção o critério utilizado por muitos juristas para aceitar ou impedir que uma adoção seja feita.

Segundo Souza (apud WELTER, 2004, p. 74):

A família passou a ser estabelecida pelo casamento, união estável ou pela comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, denominada família monoparental, nuclear, pós nuclear, unilinear ou sociológica, buscando o ideal da felicidade, do desvelo, do carinho e da comunhão plena de vida e de afeto.

Fica nítido como as transformações socioculturais pelas quais a sociedade brasileira passou agiram, decisivamente sobre o conceito de família que precisou adaptar-se à nova realidade, gerando atualização, também, nos institutos jurídicos precisou reconhecer outras formas familiares como a união estável, a família monoparental e família homoafetiva.

2.2.2 História da Família no Brasil – mudanças no perfil da Família Brasileira

A família, como já enfatizado é uma instituição vital na vida da criança e dentro da educação não é diferente, tendo papel preponderante e decisivo no sucesso ou fracasso escolar do indivíduo. Mesmo que o professor se esforce para acolher bem o aluno e para criar um ambiente cheio de responsabilidades, competências, etc., é um ambiente muito diferente da casa da criança, e não se pode suprir a falta dos pais, é por isso, que valoriza-se tanto a presença dos pais na educação dos filhos, mesmo assim, esse é um ponto deficitário dentro da educação brasileira, onde há não somente a resistência dos pais, mas também de muitas instituições em promover a participação dos mesmos. (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Samara (2002), a história brasileira sempre pensou a família como uma instituição moldada no período colonial e que ditou normas de conduta para aqueles que dela fazem parte. Até algumas décadas atrás havia pouco conhecimento no que se refere ao perfil das famílias, isto porque a literatura pregou a imagem da família patriarcal e ela foi aceita como se todas as famílias encaixassem-se nesse modelo. A autora afirma, porém que:

No entanto, pesquisas recentes tem tornado evidente que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes. Isso significa que as áreas de lavoura canavieira do Nordeste, foi impropriamente utilizada e deve ser reelaborada nos estudos de família, a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.

A compreensão do perfil da família brasileira na atualidade exige que a história da sociedade brasileira seja mais bem compreendida. O primeiro Censo realizado no Brasil, ainda no período imperial em 1872 até o ano de 1996 demonstra um constante aumento da população feminina brasileira em relação ao total de habitantes, o que também fica nítido em relação a expectativa de vida, pois mulheres tem vivido mais do que homens e com isto, o quadro das famílias e dos domicílios brasileiros também acaba afetado (SAMARA, 2002).

Ainda de acordo com Samara (2002), no início dos séculos XVI e XVII, a economia colonial baseou-se em plantações de cana no Nordeste, e os membros das famílias tinham um papel muito bem definido, o que apoiava-se em costumes e tradições. O poder de decisão era dos maridos, eles deveriam ser os provedores dos

lares e as mulheres deveriam governar a casa e prestar assistência moral a família. Segundo a autora:

O pátrio poder era, portanto, a pedra angular da família e emanava do matrimônio. No Brasil, assim como na sociedade portuguesa até o século XIX, o gênero também exercia influência nas relações jurídicas e a autoridade do chefe da família aparece como legítima na literatura e nos documentos da época, o que não significa que esses papéis, necessariamente, devessem existir dentro da rigidez com que estavam estabelecidos. Sabemos, no entanto, que apesar das variações nos modelos familiares, o dominante era o de famílias extensas baseadas nas relações patriarcais (SAMARA, 2002, p.01)..

As mudanças econômicas que decorrem a partir desse período vão gerar várias mudanças na sociedade e, conseqüentemente na forma como as pessoas vivem. A descoberta das minas de ouro, a intensificação da agropecuária, posteriormente, enfim, vários outros momentos irão produzir uma mescla de raças na sociedade brasileira, tornando-a miscigenada. Tais mudanças tornam-se ainda mais intensas no século XIX devido o desenvolvimento econômico do sul do país possibilitado pela cafeicultura (SAMARA, 2002).

Há de se considerar que até esse período, o marido continuava como o chefe de família, o que lhe era assegurado legalmente, pois o Código Civil de 1916 reconhecia e legitimava a supremacia masculina, o que fazia com que as mulheres tivessem um acesso limitado ao emprego e à propriedade. De acordo com Samara (2002, p.01) “as mulheres casadas eram, legalmente, incapacitadas e apenas na ausência do marido podiam assumir a liderança da família”.

No século XX, mudanças mais expressivas foram visualizadas, isto porque de acordo com Saffioti (1976), as mulheres, especialmente as de classe mais altas passaram, aos poucos, a ocupar mais espaços na sociedade, atuando em áreas como o Direito, farmácia, Arquitetura, dentre outros. Há de se considerar de até por volta de 1930, a presença feminina em cursos superiores ainda era muito pequena, porém, a expansão do mercado de trabalho industrial brasileiro contou com uma significativa participação da mulher. A maior participação da mulher no mercado de trabalho irá, sem dúvidas contribuir para mudanças na família brasileira.

De acordo com Contee (2007), estudos em diferentes municípios brasileiros evidenciam em 2007 que o perfil da sociedade brasileira e conseqüentemente das famílias brasileiras tem se modificado nos últimos anos. São mudanças em hábitos, valores e opiniões, onde cerca de 29% dos brasileiros é casado, com o número

médio de pessoas por casa em torno de 3,8 pessoas e com uma quantidade média de filhos de 2,7. A renda média de 35% dos brasileiros era de dois salários mínimos, já 24% da população ganhava entre dois e três salários mínimos (CONTEE, 2007).

Ainda de acordo com Contee (2007), as famílias demonstram-se mais tolerantes em relação a questões como a perda da virgindade, sexo sem namoro e na casa dos pais, gravidez sem casamento, homossexualidade, dentre outras questões. A instituição, porém, cita, que as famílias têm demonstrado maior rejeição a práticas como o aborto, uso de droga e infidelidade.

Dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2010¹, já evidenciava que as famílias brasileiras vêm modificando o seu perfil nos últimos anos. A pesquisa demonstrou que pouco mais de um terço dos brasileiros vive em união conjugal, porém, não formalizou o casamento civil nem religioso. A união consensual, por exemplo, aumentou de 28,6% para 36,4% das uniões entre brasileiros. Já a proporção de pessoas casadas no civil e religioso de 2000 a 2010 caiu de 49,4% para 42,9%.

De acordo com Ana Lúcia Saboia do IBGE (2010, p.01):

O casamento informal era mais concentrado na região Norte, e entre casais de baixa renda. Agora, está mais disseminado. É comum a decisão de passar por uma experiência antes de contrair matrimônio. Existe também uma questão econômica, já que a união consensual requer menos gastos, não só com a festa, mas com todas as formalidades.

As uniões entre pessoas de diferentes etnias estagnaram-se, pois se em 1960, 88% dos casais eram formados por pessoas de mesma raça, tal percentual caiu para 80%, chegando a 70% nos anos 2000 e o índice alcançou 69,3% em 2010. O censo ainda demonstrou que é comum que homens e mulheres busquem pessoas do mesmo nível escolar para se unir e em 2010, 68,2% dos casais tinham mesmo nível de instrução, o que era de 65% nos anos 2000 (BRASIL, 2010).

Ainda de acordo com o IBGE (2010) é possível notar mudanças demográficas nas famílias, com a queda no número de filhos, mudanças econômicas com um maior número de mulheres adentrando ao mercado de trabalho, e legais, pois o divórcio tem sido conseguido com maior facilidade. Tudo isto agiu sobre o perfil da população brasileira:

A proporção de divorciados quase dobrou em 10 anos, passando de 1,7%

¹ Os dados apresentados são do Censo de 2010, uma vez que um novo Censo deveria ter sido realizado em 2020, porém, foi adiado pelo problema da Pandemia de Coronavírus.

da população para 3,1%. Os casados caíram de 37% para 34,8%. Com as mulheres tendo menos filhos e mais tarde, houve um aumento das famílias formadas por casais sem filhos, que passaram de 15% para 20,2%. Mas o arranjo familiar mais comum continua a ser o de casais com filhos: 55%. Em 2000, eram 63,6% das famílias.

Em 2010 eram cerca de 27,4 milhões de casais com filhos, 16,3% viviam com enteados além dos filhos, ou só com enteados. O IBGE (2010) classifica esse tipo de família como “famílias reconstituídas”. Dos casais homossexuais encontrados, 53,8% deles são compostos por mulheres. Já no que se refere à renda 62,7% dos casais nesse período tinha a renda familiar composta pelo homem e pela mulher.

Ainda são dados interessantes sobre o perfil das famílias brasileiras e que foram apontados no Censo (2010):

Mais de um terço das uniões no Brasil são consensuais. Este tipo de relacionamento aumentou de 28,6%, em 2000, para 36,4% do total, no último levantamento. - O número de casados caiu de 37% para 34,8% entre 2000 e 2010. O percentual de divorciados quase dobrou no mesmo período, passando de 1,7% para 3,1%. - 69,3% dos brasileiros escolhem parceiros da mesma cor ou raça. Esse comportamento é mais forte dentre os grupos de brancos (74,5%), pardos (68,5%) e indígenas (65,0%) (IBGE, 2010).

A chefia das famílias que historicamente foi marcada pelo domínio masculino também tem sido modificada, isto porque o IBGE (2010) demonstrou que se em 2000, 22,2% das famílias eram chefiadas por mulheres, em 2010 esse número elevou-se para 37,3%. Além disto, as famílias têm diminuído o número de filhos, pois de 2000 a 2010, o índice de fecundidade caiu de 2,38 para 1,90, o que demonstra-se abaixo da taxa de reposição da população que é de 2,1, acelerando o processo de envelhecimento da população (IBGE, 2010).

Szymanski (2020) afirma que as mudanças mais significativas nas famílias brasileiras foram propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, onde, a tecnologia, agiu, por exemplo, sobre a reprodução humana, fazendo com que esse momento não fosse visto apenas como algo natural, ancorado sua existência as leis da natureza. De acordo com a autora “são mudanças difíceis devido às experiências vividas e simbolizadas na família, através de dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, e também disciplinares existentes na sociedade” (SZYMANSKI, 2020, p.01).

Ainda segundo Szymanski (2020), as famílias da atualidade vivenciam inúmeros desafios, entre eles a violência, desemprego, pobreza, drogas, dentre outras situações que agem diretamente sobre elas. As várias mudanças sociais afetaram os laços familiares e a realidade das famílias é marcada por uma

sociedade em constante transformação.

2.2.3 Parceria necessária – Gestão Escolar Democrática e Família – contribuições no processo de ensino e aprendizagem dos alunos

O tema gestão escolar, de acordo com Silva (2019) está, constantemente em debates político-educacionais, porém, sua definição ainda encontra várias lacunas que precisam ser preenchidas. Uma dessas lacunas advém do fato de que os vínculos entre professores e docentes, assim como de todos que fazem parte da comunidade escolar precisam ser construídos em torno dos mesmos objetivos, de forma que os propósitos pedagógicos da educação possam ser alcançados.

Ainda de acordo com Silva (2019), a compreensão em torno da gestão escolar exige observar que não há um modelo ideal de gestão a ser seguido, porém, este demonstra-se como um produto de vontades humanas e que é influenciado pela sociedade e a forma como ela se organiza. Essa gestão não envolve, simplesmente o conjunto de técnicas e ferramentas formadas de maneira abstrata, mas, são um resultado histórico da forma como a sociedade desenvolve-se.

Luck (2011) afirma que a gestão escolar não pode ser vista como neutra, já que possui intencionalidade e assim é importante que o gestor compreenda seu papel, saiba a importância do coordenar, planejar e controlar dentro da escola, assim como compreenda que terá que lidar com valores, crenças, emoções, com pessoas que são diferentes entre si e com uma escola que enfrenta inúmeros desafios para atingir seus objetivos educacionais.

Diante de todo esse contexto, as últimas décadas e em especial os últimos anos tem buscado mudanças na gestão escolar, uma vez que, por muito tempo ela foi centrada na figura dos professores e agora, a proposta das escolas é de produzir uma gestão democrática escolar, esta que precisa ser uma busca cada vez mais contínua, e envolve todos os segmentos que estão dentro e fora da escola, trazendo implicações para o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na instituição, isto porque a gestão reflete, diretamente na qualidade do trabalho e até mesmo do ensino desenvolvido na instituição. A partir dessa questão, Sulpino e Ramalho (2014, p.02) consideram que:

Historicamente falando, a educação brasileira sempre foi marcada pela desigualdade, no que tange o acesso ao conhecimento escolar e a qualidade de serviços prestados a clientela menos favorecida. O sistema educacional brasileiro, apesar das normas constitucionais que lhe dão respaldo, desde a década de trinta e das reformas de ensino realizadas, não tem conseguido superar suas próprias deficiências, materializadas em altas taxas de repetência, evasão e um fluxo escolar emperrado e oneroso.

Mais se os problemas estruturais não foram resolvidos e ainda deixam tanto a desejar, o processo de gestão das instituições tem conseguido importantes avanços, garantindo-lhes a possibilidade de solucionar outros problemas que muitas vezes impedem uma educação de qualidade e com trabalho coletivo podem ser solucionados de forma mais rápida, garantindo um trabalho de maior qualidade dentro das instituições.

A base da gestão democrático participativa é o trabalho coletivo e por isso, família, comunidade e os profissionais que compõem a educação precisam se predispor a participar mais, a discutir os problemas, propor soluções e assumir o papel que as mesmas tem dentro da escola, ajudando na construção de uma educação melhor. Sendo assim, Cury (2001, p. 51) considera que:

Não navegue mais sozinho. Não seja auto-suficiente. Treine dividir o barco de sua vida com seus íntimos. Treine penetrar no barco de alguém [...]. Uma mão lava a outra. A família deve ser uma grande equipe. Os colegas de trabalho deve ser uma grande família. A gestão participativa em qualquer esfera social expande as soluções e transforma o ambiente num oásis. Trabalhar em equipe é uma arte.

Participar é necessário e assim, é preciso que a escola abra espaço para que a família e a comunidade como um todo conheçam sua realidade, possam auxiliar na solução de problemas, assim como agir diante de questões da própria sala de aula, como a indisciplina, as dificuldades de aprendizagem, a necessidade de uma escola que seja mais ligada a realidade do aluno e por isso, propondo temáticas, entre outros aspectos.

Dentro de todo esse contexto, o gestor não é apenas quem gere os recursos, distribui funções, auxilia os outros funcionários, mas acima de tudo é alguém que trabalha e que age como um líder, que busca participação, que motiva aqueles que estão ao seu redor e que abre espaço para que todos possam contribuir com ideias positivas para a educação desenvolvida na escola e assim, Chiavenato (1994, p. 127), "liderança é uma influência interpessoal exercida em uma dada situação e dirigida através do processo de comunicação humana, para consecução de um ou

mais objetivos”, portanto, é um profissional que está constantemente comunicando-se com aqueles que estão a sua volta e buscando formas para que eles possam auxiliá-lo no trabalho desenvolvido na instituição.

A gestão democrática é uma busca citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º. 9394/96 e é uma construção e um trabalho que vem sendo buscado há décadas nas escolas brasileiras, isto porque em geral, as instituições sempre foram muito centralizadas na figura do diretor, não abrindo lugar a participação de outros profissionais e da comunidade na construção de uma educação de maior qualidade para todos. Sulpino e Ramalho (2014, p.01) consideram que este tipo de educação é reflexo das “mudanças que se processam na política social e educacional brasileira, em decorrência das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, na organização do processo ensino-aprendizagem e suas relações sociais na organização do processo produtivo e participativo”, fazendo com que assim, o antigo modelo de gestão não mais atendesse as necessidades da sociedade e das instituições de ensino.

Já Paro (2002) faz considerações sobre as contribuições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o processo de gestão dizendo que “na medida em que a administração seja entendida como a utilização racional de recursos para a realização de determinados fins, é bastante vasto o conjunto de determinações constantes na LDB” (p.79), dessa forma o artigo 3 da LDB propõe que o ensino seja ministrado com base na gestão democrática assim como o art. 14 propões que os sistemas de ensino são responsáveis pelas normas que envolvem a gestão democrática do ensino público na educação básica, buscando ainda a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Paro (2002, p.78) ainda considera que quando se conquista um espaço democrático, outras portas são abertas, uma vez que:

Se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata.

Isto quer dizer que se a educação é um direito de todos, ela também é uma obrigação de todos, que precisam auxiliar em sua construção, na solução de

problemas, na busca efetiva por melhorias que devem ocorrer de forma diária, com a preocupação que sempre seja destinado aos alunos uma educação de qualidade.

A LDB ainda traz considerações sobre a gestão democrática nos seus artigos 14 e 15 que propõe que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes e ainda que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

Para Filho (*PATTO, 1999,*) a educação brasileira é historicamente marcada pela desigualdade no que se refere ao acesso só conhecimento escolar e ainda aos serviços que são oferecidos as populações mais pobres. Mesmo baseando-se em normas constitucionais que trouxeram grandes reformas para a educação, ainda há profundas deficiências materiais e profissionais nas escolas que acabam refletindo-se em evasão e fracasso escolar, além de logicamente, da promoção de um ensino descontextualizado da sociedade e de suas necessidades na atualidade.

Outro documento a favorecer a busca pela gestão democrática nas escolas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma vez que de acordo com seu art. 14 o objetivo deste tipo de gestão é proporcionar mais eficiência no sistema educacional de ensino, trazendo assim, maior valorização para a escola pública. (*LIBÂNEO, 1987*).

Sulpino e Ramalho (2014) acrescentam, porém, que a gestão democrática é uma preocupação muito mais antiga, desde a Constituição Federal de 1988 que buscava descentralizar a gestão das instituições e assim os autores considera que a gestão democrática é também um valor social, um trabalho coletivo em busca de mudanças e de melhorias nas escolas e para que a mesma aconteça, a participação da sociedade é um processo fundamental.

Libâneo (2001) deixa claro que a gestão varia de uma instituição para outra, isto porque cada uma das escolas tem uma realidade diferenciada da outra, com suas próprias características, formada por pessoas diferenciadas e com isto, a forma de geri-la também acaba ganhando particularidades de acordo com suas necessidades e potencialidades e assim o autor considera:

A organização e os processos de gestão, incluindo a direção, assumem diferentes significados conforme a concepção que se tenha dos objetivos da educação em relação à sociedade e a formação dos alunos. Por exemplo, numa concepção tecnicista da escola, a direção é centralizada numa pessoa, as decisões vêm de cima para baixo, bastando cumprir um plano previamente elaborado, sem participação dos professores, especialistas e usuários da escola. Já numa concepção democrático-participativa, o processo de tomada de decisões se dá coletivamente, participativamente (LIBÂNIO, 2001, p.35).

E por isso, o tipo de direção acaba variando de uma unidade escolar para outra, sendo que é possível uma direção centralizada, individualizada ou ainda uma direção coletiva e participativa, dando início a uma gestão com essas mesmas qualidades. Cada modelo de gestão tem suas próprias características, mas, não há dúvidas de que na atualidade, têm-se procurado, cada vez mais, desenvolver a gestão democrática particularidades.

A escola e a família são instituições sociais que têm a responsabilidade de educar e socializar o indivíduo, devendo andar lado a lado para construir um cidadão crítico e participativo, capaz de agir dentro da sociedade, buscando melhorias para a vida do grupo é o que afirma Oliveira (2011). A família é o grupo que fornece os primeiros processos de educação para a criança, inserindo-a a outros grupos sociais, permitindo-lhe acesso à cultura e dando a ela as primeiras regras e valores. Assim, aqueles que defendem a participação da família no ambiente escolar defendem essa questão de iniciadora do ensino, o que é fundamental no espaço escolar. De acordo com Oliveira (2001, p.09-10):

É no ambiente familiar e escolar que o sujeito se prepara de acordo com os padrões culturais e sócio-históricos pré-definidos para atuar na sociedade [...] a família e a escola constituem-se como referenciais fundamentais para a formação do educando e é nessa articulação que a educação acontece de forma insubstituível. É necessário que haja a aproximação desses dois contextos a partir de uma ação coletiva, que complete a ação, já que tanto o contexto familiar quanto o contexto escolar apresentam aspectos positivos e negativos.

Nota-se que a família não é somente formadora de regras e valores, mas tem a função de observar e de conduzir os filhos para que os mesmos não existam somente dentro do âmbito familiar, mas também em qualquer outro espaço e relação social que ele tenha.

A escola como instituição busca através de seu ensino, que seus alunos

possam assumir a responsabilidade para com o meio onde vivem. Assim de acordo com Arendt (CASTRO, 2002) a formação do indivíduo ultrapassa seus desejos individuais e essa responsabilidade se constrói a partir do conhecimento, de sua união com o saber e as atitudes, os interesses individuais e sociais, sendo que a escola precisa ampliar esse modelo de aluno, levando-o a ter inúmeras experiências, que o levem a desenvolver significados para o mundo em que vive.

À escola cabe, portanto, fornecer condições para que o aluno tenha acesso a cultura de seu meio e nesse processo, o acompanhamento da família é fundamental. É nesse sentido que Gomide (2004) discute como a postura dos pais deve ser constantemente vigiada, no sentido de que a criança/aluno repete seus comportamentos. Assim, os pais não devem estabelecer regras impossíveis para depois quebrá-las, pois a criança perde o respeito pelas mesmas e passa a achar que pode infringi-las a todo o momento, seja em casa ou na escola.

Gomide (2004) afirma que as aprendizagens, os valores e as regras que a criança adquire em família também são repassados e vivenciados dentro da sociedade e na escola. Se a criança é bem-educada e respeitosa dentro de casa com seus familiares, da mesma forma ela será na escola, o mesmo, ao contrário, se a criança é desrespeitosa com seus familiares, ela também será com seus professores e colegas. Gomide (2004, p.18) afirma que:

Estas crianças não aprendem com seus pais a respeitar as instituições e as pessoas, por isso são “malcriadas” com as professoras, instrutoras ou colegas. Elas não aprendem que as regras devem ser estabelecidas com justiça e, logo, não sabem avaliar se uma determinada regra está adequada a uma dada situação devendo, portanto, ser cumprida.

Aqueles que são contra ou que buscam uma participação mais restrita dos pais dentro da escola, comentam que aquele pai que interfere demais na educação escolar do filho acaba querendo impor as regras de sua casa em sala de aula e isto não é correto.

As crianças que não são bem-educadas e instruídas pelos pais não conseguem se socializar e interagir bem com as outras pessoas, pois acham que podem agir da mesma forma. Se os pais não estabelecem regras em casa, o aluno não respeita as regras da escola. Desde cedo, portanto, as regras devem estar presentes na vida do indivíduo e sempre serem passíveis de serem cumpridas. Sobre tal questão, Gomide (2004, p.14) esclarece:

Em primeiro lugar, devemos considerar a importância de estabelecer regras em nossa relação com nossos filhos ou alunos. Sim, devemos estabelecer regras. Elas devem ser criadas para permitir um relacionamento adequado entre os membros da família, respeitoso em relação aos valores e hábitos daqueles que convivem em um determinado lugar. Deve-se em linhas gerais, buscar o estabelecimento de poucas regras, que sejam flexíveis e realmente possam ser cumpridas.

Tiba (2002) observa que tanto a família como a escola necessitam ser um local acolhedor onde o indivíduo se sinta bem e livre, onde adquira valores e regras, permitindo assim seu desenvolvimento cognitivo, pessoal e social. Assim, pais e escola precisam ter princípios e objetivos próximos, para se ajudarem e beneficiarem o filho/aluno.

Os pais não podem querer que a educação parta somente deles, porque a escola é um espaço fundamental na vida dos alunos. Pais e professores, portanto, família e escola devem juntos trabalhar para o desenvolvimento educacional dos indivíduos. De acordo com Tiba (2002, p.74):

As crianças precisam sentir que pertencem a uma família. Sabemos que a família é a base para qualquer ser, não referimos aqui somente família de sangue, mas também famílias construídas através de laços de afeto. Família, no sentido mais amplo, é um conjunto de pessoas que se unem pelo desejo de estarem juntas, de construir algo e de se complementarem. É através dessas relações que as pessoas podem se tornar mais humanas, aprendendo a viver o jogo da afetividade de maneira adequada.

Assim, é partindo do contexto familiar que o indivíduo inicia sua formação, adquirindo na escola outros valores, novas regras e conhecimentos que permitam sua formação e desenvolvimento plenos. É preciso dessa forma considerar tanto a importância da família como da escola. Segundo o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

E segundo Outeiral (apud SIQUEIRA, 2002, p.01) a escola precisa levar o aluno a compreender sua realidade e a oferecer respostas as suas problemáticas. Daí a importância da aproximação da comunidade com a instituição escolar, demonstrando sua realidade, sua cultura, levando o aluno a vivenciar o seu meio, a

compreendê-lo em sua diversidade. Assim, é importante fazer parte do âmbito familiar para adquirir amor, carinho, iniciar seu processo de socialização e da escola, para adquirir conhecimento e seu processo de aculturação. Educar é dessa forma, um processo amplo, que pode sim ser desenvolvido conjuntamente entre professores e pais, onde todos possam contribuir para a formação do indivíduo.

3 MARCO METODOLÓGICO

3.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa cumpriu alguns estágios metodológicos visando a compreensão do fenômeno da pesquisa e são eles:

- Escolha e delimitação do Tema.
- Construção do problema.
- Determinação dos Objetivos.
- Identificação das fontes teóricas.
- Leitura exploratória, analítica e interpretativa das fontes teóricas.
- Construção da Coleta de Dados por meio da aplicação de questionário a população da pesquisa.
- Redação Final.

3.2 Metodologia e Método

A Pesquisa é um instrumento utilizado para validar de modo estruturado, sistematizado, lógico e sequencial o objeto de estudo, visando estabelecer hipótese

(s) para responder ou solucionar um problema específico. Diante disso, Gil (2002, p. 17), esclarece sobre a pesquisa:

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Gil (2002) esclarece que a pesquisa é um procedimento meramente racional, lógico e sequência de modo sistematizado, ou seja, organizado ou estruturado visando obter respostas ou soluções acerca dos problemas propostos, ou mesmo, levantar outros problemas para serem indagados e respondidos. A pesquisa dá suporte de fundamentação e organização no fenômeno pesquisado, dando conformidade ou ajustando as hipóteses com os problemas indagados para serem respondidos ou refutados.

Severino (2016) mostra que sendo o conhecimento construção do objeto que se conhece, a atividade da pesquisa torna-se elemento fundamental e imprescindível no processo de ensino e aprendizagem. O professor precisa da prática da pesquisa para ensinar eficazmente, e o aluno precisa dela para aprender eficaz e significativamente; e a comunidade precisa para poder dispor de produtos do conhecimento e a Universidade precisa da pesquisa para ser mediadora da educação.

Nesta perspectiva, a pesquisa é mostrada como uma atividade mediadora fundamental, cujo produto é a construção do conhecimento que tem um viés individual e coletivo, ou seja, o conhecimento que é uma construção do objeto que se conhece visa não somente o processo aprendizagem do aluno, mas seu aprendizado deve estar vinculado e efetivado na sociedade.

Outra contribuição importante sobre a pesquisa vem de Oliveira (2002, p. 62) afirmando que “a pesquisa tanto para efeito científico como profissional, envolve a abertura de horizontes e apresentação de diretrizes fundamentais, que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento”. É certo que a pesquisa contribui na fundamentação do conhecimento teórico e prático, ajustando as hipóteses levantadas para que o problema específico seja respondido ou mesmo refutando, de modo sistematizado e lógico.

Na pesquisa vigente sobre a Gestão Democrática e a participação da Família como parceria necessária no processo de aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Martins Borges – Pires do Rio – GO, foi adotado uma pesquisa quali-quantitativa, por meio de uma interpretação subjetiva/objetiva do fenômeno em questão, na busca de trazer o pesquisador mais próximo dos pesquisados e aprofundar a temática.

De acordo com Creswell (2021, p. 4) a pesquisa quali-quantitativa é:

A pesquisa métodos mistos é uma abordagem de investigação que envolve a coleta de dados quantitativos e qualitativos, integrando os dois tipos de dados e usando desenhos distintos que refletem pressupostos filosóficos e estruturas teóricas.

Na pesquisa mista (quali-quantitativa) os dados qualitativos podem assumir uma das formas discutidas a partir de entrevista, observação, documentos e registros, e os dados quantitativos podem utilizar instrumentos como questionário, registro numéricos visando o processo semântico. Em uma mesma pesquisa, no caso da pesquisa mista (quali-quantitativa) os desenhos ou instrumentos são distintos, mas um completa o outro.

Maria do Rosário Knechtel, em sua obra “Metodologia da Pesquisa em Educação (2014) afirma que a pesquisa quali-quantitativa é a modalidade de pesquisa que interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica).

3.3 Período da Pesquisa

A pesquisa teve início em maio de 2020 com alguns ajustes na delimitação do tema e as possíveis fontes bibliográfica para a fundamentação e o término em julho de 2021 com as correções finais e visando a apresentação. Todo o processo da pesquisa deu-se no contexto da pandemia do Covid 19 e que fez retardar um pouco a construção e a aplicação do questionário, mas isso foi resolvido online.

3.4 Objeto de Estudo

A pesquisa buscou refletir sobre a importância da gestão escolar e a família

como atores sociais que contribuem no processo de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Martins Borges em Pires do Rio - GO. É até uma forma de indagação acerca da necessidade dessa parceria, onde o gestor como liderança na escola deve propor momentos ou oportunidades da participação na escola, visando a aprendizagem desses alunos.

3.5 Estratégias Metodológicas

Diante da pesquisa quali-quantitativa, foram utilizados uma entrevista semiestruturada diante da transcrição da entrevista e um questionário em forma de gráficos a Gestão da Escola (a diretora), dois coordenadores pedagógicos, 1 supervisora e 1 orientadora escolar, 5 professores e um grupo de 5 pais, mães ou responsáveis, que contribuíram com suas respostas as entrevistas.

3.6 População

De acordo com Gil (2019) a população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Diante disso, a pesquisa utilizou como público-alvo da pesquisa semiestruturada uma diretora, uma supervisora, uma orientadora educacional, cinco professores e cinco pais de alunos. Todos eles se dispuseram para responder as questões abertas da pesquisa, dando assim, sua contribuição.

3.7 Universo e Amostra

O objetivo do universo e amostra da pesquisa foi delimitar um pequeno grupo de professores, pais e a gestão do Colégio Estadual Martins Borges – Pires do Rio – GO, como forma de entender como acontece a Gestão Democrática em parceria da Escola e família como participantes do processo de aprendizagem dos alunos. Os autores envolvidos contribuíram com suas informações acerca do objeto de estudo e que facilitou para ampliação da reflexão.

De acordo com Lakatos e Marconi (2017) o universo da pesquisa é um conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma

característica em comum. A delimitação do universo consiste em explicitar que as pessoas ou coisas, fenômenos etc., serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem.

Sobre a amostra Lakatos e Marconi (2017) consideram que é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. De certa forma, a amostra é uma parte representativa do público a ser pesquisado e que contribui para abranger e explicitar a pesquisa “in loco”.

3.8 Tipo de Investigação

3.8.1 Quanto a Natureza da Pesquisa

Para Gil (2019) a pesquisa aplicada, abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem. Por isso, o estudo se desenvolveu em uma pesquisa aplicada, buscando solucionar um problema específico da comunidade ou da população pesquisada.

De acordo com Cervo e Bervian (2006) na pesquisa aplicada, o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos. Toda pesquisa de caráter prático busca construir conhecimento para sua efetivação prática dentro da população pesquisada.

3.8.2 Quanto ao Problema da Pesquisa

A Pesquisa foi identificada em relação ao problema como abordagem quali-quantitativa, com o intuito de fornecer dados qualitativos que são subjetivos e dados quantitativos com registro numérico, onde uma complementa a outra, mesmo com desenhos distintos.

Segundo Creswell (2021) a pesquisa de métodos mistos é uma abordagem de investigação que envolve a coleta de dados quantitativos e qualitativos, integrando dos dois tipos de dados e usando desenhos distintos que refletem pressupostos filosóficos e estruturas teóricas

De acordo com Gatti (2004) a complementariedade da pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa em uma só. Que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado.

3.8.3 Quanto aos Objetivos da Pesquisa

O estudo desenvolveu-se quanto aos objetivos uma pesquisa exploratória, com intuito tanto de construir hipóteses quanto de tornar explícito o problema da pesquisa na busca de solucioná-lo ou respondê-lo. Nesta perspectiva, Gil (2019) ratifica que a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória diz respeito ao estudo que tem por finalidade aumentar o nível de informações sobre o que se vai investigar, assim como, descobrir um novo panorama para o assunto. A abordagem exploratória busca o maior número de informações para familiarizar o pesquisador com o objeto de pesquisa.

E em um segundo momento, a pesquisa assumiu um caráter descritivo, visando descrever algumas características da população pesquisada para um maior entendimento do fenômeno estudado. Gil (2019) acrescenta que algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

3.8.4 Quanto aos Procedimentos Técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa caracterizou por uma abordagem bibliográfica, onde as fontes teóricas fundamentam as variáveis da pesquisa gerando maior entendimento do objeto de estudo.

Para Gil (2019) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Esses materiais já publicados que constituem documentos secundários favorecem e contribuem na fundamentação das variáveis, dando maior credibilidade na coerência textual.

Outra contribuição a respeito da pesquisa bibliográfica vem de Lakatos e Marconi (2017) ao afirmarem que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A pesquisa se desenvolveu por um estudo de campo, onde o pesquisador tem experiência diretamente com o local da pesquisa. Nisso, Gil (2019) mostra que o estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

Para Fachin (2017) a pesquisa de campo detém-se na observação do contexto no qual é detectado um fato social (problema), que a princípio passa a ser examinado e, posteriormente, é encaminhado para explicações por meio dos métodos e das técnicas específicas.

3.8.5 Hipótese

A Gestão Democrática envolve a participação de todos como coordenação pedagógica, supervisão, equipe multidisciplinar, funcionários, professores e pais, mães ou responsáveis, que contribuem para a melhoria do processo educativo. O diretor é o elo que congrega todos esses envolvidos, visando organizar e orientar o

ambiente escolar para o pleno desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões. A parceria necessária da Gestão e da Família de modo democrático e participativo contribui para o processo de aprendizagem dos alunos.

Variáveis

Variável 1 – Perfil dos Entrevistados

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados

Entrevistados	Formação	Tempo de Docência	Classe Social	Idade
Diretora	Especialista	13 anos	M	43 anos
Coordenador 1	Especialista	8 anos	M	34 anos
Coordenador 2	Especialista	21 anos	M	41 anos
Supervisora	Especialista	14 anos	M	35 anos
Orientadora	Especialista	18 anos	M	43 anos
Prof 1	Graduação	23 anos	M	48 anos
Prof 2	Especialista	19 ano	M	44 anos
Prof 3	Especialista	16 anos	M	50 anos
Prof 4	Especialista	28 anos	M	49 anos
Prof 5	Graduação	27 anos	M	51 anos
Pais 1	Graduação		M	38 anos
Pais 2	Especialista		M	29 anos
Pais 3	Ensino Médio		M	34 anos
Pais 4	Graduação		M	40 anos
Pais 5	Graduação		M	26 anos

➤ Variável 2 – Conceitos trabalhados

1. **Gestão e Gestão democrática**
2. **Família e sua evolução**

3. Gestão Escolar e Família

4. Aprendizagem com a contribuição da relação Gestão escolar e Família

3.8.6 Técnica

No estudo foi realizado um questionário a diretora, aos coordenadores, a supervisora, a orientadora educacional, aos cinco professores e aos cinco pais, do Colégio Estadual Martins Borges - Pires do Rio – GO. As questões foram explícitas e objetivos para o grupo de entrevistados.

Segundo Lakatos e Marconi (2022) as técnicas da pesquisa são consideradas como um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência, as técnicas constituem, também, habilidade para usar esses preceitos ou normas na obtenção de seus propósitos. Correspondem, portanto, a parte prática de coleta de dados.

Para Andrade (2010) as técnicas de pesquisa estão relacionadas à coleta de dados (parte prática da pesquisa). Portanto, “as técnicas são conjuntas de normas usadas especificamente em cada área das ciências, podendo-se afirmar que a técnica é a instrumentação específica da coleta de dados

3.8.7 Plano de Tabulação e Análise

A pesquisa estruturou os resultados na organização de gráficos e quadros por meio do programa Microsoft Excel.

4 IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

4.1 Historicidade da Escola

O atual Colégio Estadual Martins Borges foi instalado nesta cidade no ano de 1932, como Grupo Escolar. Este veio através de um decreto em abril de 1932 quando atuava como prefeito o Dr. Câmara Filho e com Juiz de Direito Dr. Cyllineu de Araújo.

Foi a primeira escola pública desta cidade e suas atividades tiveram início com um corpo docente composto de três funcionários normalistas.

O prédio próprio e atual só veio a ser construído no ano de 1951, quando recebeu autorização para funcionamento das quatro primeiras séries, instalado na Avenida Egídio Francisco Rodrigues nº78, centro.

Em 1976 a escola recebeu autorização para o funcionamento das últimas séries do 1º grau (2ª fase), o que a tornou Escola Estadual Martins Borges.

O curso de Ensino Médio foi implantado em 1998, a então escola passou a denominar-se Colégio Estadual Martins Borges. Porém, o curso teve a duração somente de dois anos e os alunos foram remanejados para outras escolas de Ensino Médio, atendendo a ordem vinda da S.E.E.

No ano de 2000 foi implantado a EJA 3ª Etapa (Educação de Jovens e Adultos) e, a partir de 2002, o Colégio passou atender somente os alunos para a EJA – Ensino Médio. Já no ano de 2019, o colégio voltou a atender a modalidade de Ensino Médio.

O Colégio trabalha com o Programa para Diversidade numa Perspectiva Inclusiva - sendo a Escola Inclusiva de Referência - a primeira a ser implantada nesta cidade, contando com uma professora de Recursos e professores de Apoio.

A instituição escolar possui uma Sala de Recursos tipo 2, com equipamentos necessários para os atendimentos aos alunos com necessidades especiais: LIBRAS (no caso dos Surdos) e Deficiência Intelectual, Deficiência Visual (visão subnormal), Deficiência Física, Transtornos Globais, Superdotação/ Altas Habilidades e com Dificuldades em Aprendizagem.

O lema é somar experiências para atingir um objetivo comum que é o sucesso do aluno, respeitando os limites e potencialidades de cada um.

Logo, o Colégio visa a um ensino de qualidade e sempre procura meios de alcançá-lo, não medindo esforços para que todos tenham acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis ao seu desenvolvimento pessoal, para o seu preparo ao exercício da cidadania, à compreensão da função do trabalho na construção da organização social e à continuidade de estudos.

A clientela atendida na E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio), são alunos que por algum motivo não cursaram o 2º grau ao seu devido tempo na forma regular, já tendo mais de 18 anos e que veem, nesta modalidade de ensino, a oportunidade de retomarem seu percurso escolar, obtendo o diploma de ensino médio. A EJA – Ensino Médio, no Colégio Estadual Martins Borges, foi

regulamentado a partir de 2017 através da Resolução CEE/CP N. 08 de 09 de dezembro de 2016.

Atendendo três modalidades de ensino – Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA/EM, o quadro de professores demanda excelência, pois pretende-se uma nova postura em sala de aula, a melhoria do relacionamento professor-aluno, professor-professor. Destarte, o entusiasmo com que os docentes se referiam às atividades por eles realizadas com base nos resultados obtidos, mostraram possibilidades de crescimento profissional e, em consequência, elevação da autoestima do professor. Reforça-se nessa elevação do auto estima uma visão global para a necessidade uma proposta pedagógica inovadora, que se prima pela gestão democrática e participativa de toda comunidade escolar.

O Colégio Estadual Martins Borges possui a visão de trabalhar em prol do ensino de qualidade para formar cidadãos críticos, participativos e políticos. Temos em nossa missão, trabalhar com responsabilidade social e oferecer ensino de excelência à comunidade e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, que prepare alunos competentes, éticos e capazes de ter uma argumentação fundamentada em conhecimentos sólidos, baseados no protagonismo juvenil.

O nosso colégio está regido pelo decreto Decreto Nº 7.611, DE 17 de novembro de 2011.

O Ato normativo de autorização de funcionamento do Colégio foi através da Resolução do CEE/CEB nº 191, de 14 de abril de 2016.

O Colégio Estadual Martins Borges está devidamente cadastrado no INEP com o código: 52062627.

• **DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR:**

Dados da Escola

Nome da Escola:	Colégio Estadual Martins Borges		
Município:	Pires do Rio	Código INEP:	52062627
CRE:	Pires do Rio - Go		

Modalidades de ensino:	Ensino Fundamental 2ª fase; EJA Terceira Etapa e Ensino Médio	
Relação de Coordenadores Pedagógicos por turno de atendimento:	Matutino:	Cléia Cristina de Oliveira Gomes
	Vespertino:	Simone Aparecida Fonseca Alves
	Noturno:	Márcia Cristina Teixeira

- **Informações pedagógicas da escola**

Dados da Prova Brasil

IDEB	2000	2011	2013	2015	2017	Meta MEC para 2019
Anos iniciais						
Anos finais	3,7	3,9	4.24	4.9	5,6	5,5

Colégio Estadual Martins Borges - 2020

Total de alunos:		
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais
Total de alunos: 449	0 alunos	449 alunos
Matutino: 211	Vespertino: 238	
Ensino Médio	Matutino: 109	EJA – 107
Total de alunos: 194	Vespertino: 37	Data atualização
	Noturno: 48	17/08/2020

- **GESTÃO**

Conforme Portaria nº 3898/2014- GAB/SEE que trata do Processo de Escolhas dos Diretores através de Cursos de Formação Inicial, Avaliação Individual, elaboração e divulgação do Plano de Ação Educacional (PAE), e escolha do Diretor

pela comunidade escolar por meio do voto direto, secreto e facultativo, é realizada na unidade educacional.

A Direção é o setor responsável pela administração dos serviços escolares, no sentido de atingir os objetivos educacionais propostos.

A Direção da Unidade Escolar é constituída pelo Diretor, Secretário Geral e Coordenador (es) e pedagógico (s) e de Turno.

- **OBJETIVOS E METAS**

Objetivo Geral

- Promover através de novas metodologias de ensino, a formação do cidadão responsável e consciente, capaz de viver com dignidade em uma sociedade cada vez mais exigente.

Metas

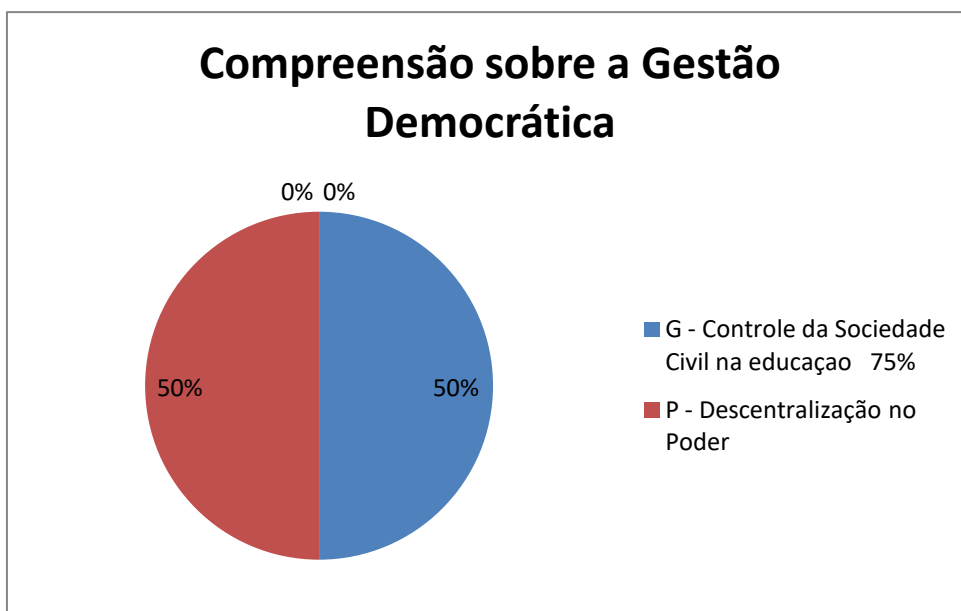
- Revisar proposta pedagógica da escola visando atender as orientações do Currículo de Referência do Estado de Goiás;
- Implementar o Currículo de forma articulada;
- Facilitar a promoção de eventos sociais e culturais em consonância com as leis nº 15301/05 e 15563/06 que trata da Semana de Assistência Farmacêutica e a Semana Estadual de Educação Integrada.
- Trabalhar a autoestima dos alunos;
- Trabalhar com projetos que propiciem aulas mais criativas;
- Promover reuniões com professores e pais, buscando conscientizar os pais para com a responsabilidade com os seus filhos na escola;
- Promover palestras conscientizando os alunos (drogas, violência, boa educação no trânsito). PAZ NA ESCOLA.
- Colocar em prática os projetos extras curriculares que visam principalmente à consciência cidadã crítica do Educando;
- Melhorar o desempenho dos alunos, nas disciplinas críticas em todos os níveis de ensino oferecido no Colégio;
- Desenvolver as atividades propostas no P.D.E.;

- Promover reuniões com o Conselho Escolar para tomada de decisões;
- Orientar os professores pedagogicamente, as adaptações curriculares, plano individualizado de Educação e estilos de aprendizagem;
- Planejar e acompanhar o processo de implementação e consolidação das ações **inclusivas**, registrando suas etapas; inclusive atendendo a Lei 10.639/03;
- Utilizar a Sala de recursos para a oferta de AEE, com recursos e equipamentos especializados e condições de acessibilidade;
- Contemplar o índice de 20% das matrículas, de cada sala de aula para os alunos com necessidades educacionais especiais;
- Priorizar as vagas da E.J.A. (Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio) à clientela com idade mais avançada desde que este já tenha o Ensino Fundamental;
- Reivindicar a quadra coberta com o objetivo de tornar as aulas esportivas em condições adequadas.
- Proporcionar ao professor a aplicação da Lei ^o 11.645, de 10 de março de 2008, que trabalha os conteúdos referentes à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas.
- Proporcionar ações de reflexão para conscientizar os alunos sobre a problemática ambiental.
- Proporcionar ações que visão melhorar a aprendizagem em Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, prestando atenção aos descritores de baixo desempenho.

4.2 Discussão dos Dados da Pesquisa

Nesse item, serão expostos as entrevistas transcritas e os gráficos correspondentes as respostas dos gestores, dos professores e dos pais ou responsáveis dos alunos sobre o objeto da pesquisa.

No Gráfico 1, a primeira questão da entrevista aos gestores (diretora, coordenadores pedagógicos, supervisora e orientadora) e professores da instituição pesquisada, foi perguntado sobre a compreensão que se tem sobre a Gestão Democrática na Escola, e eles responderam.

Gráfico 1: Compreensão sobre a Gestão Democrática

Fonte: Da Própria Autora

De acordo com o Gráfico 1, os gestores consideram a gestão democrática como controle da sociedade civil na educação e uma gestão que inclui a participação de todos os envolvidos em seu planejamento, objetivos e metas. Já os professores afirmaram que a gestão democrática tem que ser algo descentralizado nas decisões tomadas, desvinculando o poder centralizado do gestor.

Nesta perspectiva, Bastos (2005, p. 7-8) esclarece sobre a gestão democrática:

A gestão democrática restabelece o controle da sociedade civil sobre a educação e a escola pública, introduzindo a eleição de dirigentes escolares e os conselhos escolares, garante a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola.

A Gestão Democrática se mostra como controle civil sobre o processo educativo, onde os envolvidos como gestores, professores, corpo docente, as famílias e a comunidade escolar exercem sua liberdade na criação coletiva na escola, onde devem participar ativamente desse processo. Isso deve ser o que deve acontecer, seria o ideal de participação dos envolvidos desse processo e não somente o gestor como aquele que decide e os demais obedecem.

Outra visão importante sobre a gestão democrática é de Ciseski (1997, p. 66-67):

Condições essas que implicam entre outras providências, em: Construção

cotidiana e permanente de sujeitos sócio políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades desse novo que – fazer pedagógico – político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados a participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino (plano de carreira, política, salarial, capacitação profissional).

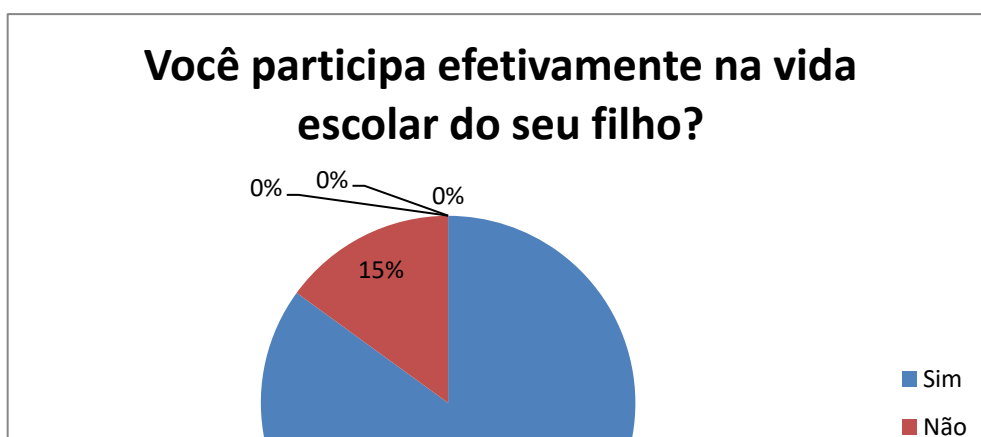
A Gestão Democrática compreende uma visão política diante das necessidades que a escola necessita de investimento em sua estrutura física, humana e material, para que assim, o fazer pedagógico e o processo de ensino e aprendizagem aconteça de modo qualitativo. Também é função da gestão democrática priorizar e respeitar os direitos dos profissionais que estão envolvidos na educação, como questão salarial, plano de carreira e formação dos professores.

Os professores afirmaram que a gestão democrática é uma forma de descentralização do poder, onde todas as decisões são refletidas e tomadas com todos os envolvidos. Diante disso, Drucker (1999) acrescenta que a Gestão descentralizada corresponde a um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos colaboradores na tomada de decisão. Este envolvimento manifesta-se, em geral, na participação dos colaboradores na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução.

Nesta perspectiva, a Gestão Descentralizada na escola busca envolver todos os colaboradores como direção, coordenadores pedagógicos, supervisores, orientadores, professores, todo corpo docente, da sociedade civil, da comunidade escolar nas tomadas de decisões e no acesso de todas as informações que estão envolvidas nesse processo, e que tem como objetivo comum de proporcionar uma educação de qualidade.

No Gráfico 2, sobre participação dos pais, mães ou responsáveis foi perguntado: Vocês são participativos na vida escolar de seus filhos?

Gráfico 2: Você participa efetivamente na vida escolar do seu filho?



Fonte: Da Própria Autora

A maioria dos pais, mães ou responsáveis consideram participantes no processo de aprendizagem dos seus filhos. Somente 15% não participam efetivamente na vida escolar dos alunos. Existem alguns motivos ou fatores por essa não participação como trabalho, estudo, ou mesmo o cuidar dos outros filhos. Mas também muitos não participam devido desinteresse mesmo, deixando o cuidado do processo de aprendizagem a escola, e se excluindo desse processo.

A família independente de sua configuração tem um papel primordial na educação dos filhos e deve colaborar com a escola, gestores e professores para a melhoria da educação. Por isso, Picanço (2014, p. 45) acrescenta que:

O papel dos pais no estudo dos filhos é fundamental, senão o mais importante, porque o acompanhamento sistemático, metódico e constante permite que as crianças e jovens tenham uma organização e desempenho muito mais coerentes e lógicos. [...] [...]. Os pais têm um papel muito importante no apoio ao processo educativo realizado em casa. Este conceito significa não só o envolvimento direto dos pais no ensino da leitura e da escrita, mas também da fixação de rotinas de estudo. Hábitos de trabalho, atitudes favoráveis à aprendizagem e criação de um ambiente favorável ao estudo e à curiosidade intelectual.

Essa função da família de acompanhamento no desenvolvimento do filho não só se faz por meio de conferir tarefas ou receber recados da escola, é participar efetivamente no seio da escola, junto com a gestão e os professores, para que assim, as demandas educacionais sejam supridas e realizadas.

Paro (2007, p. 25) também contribui sobre a integração da família e escola ao afirmar que:

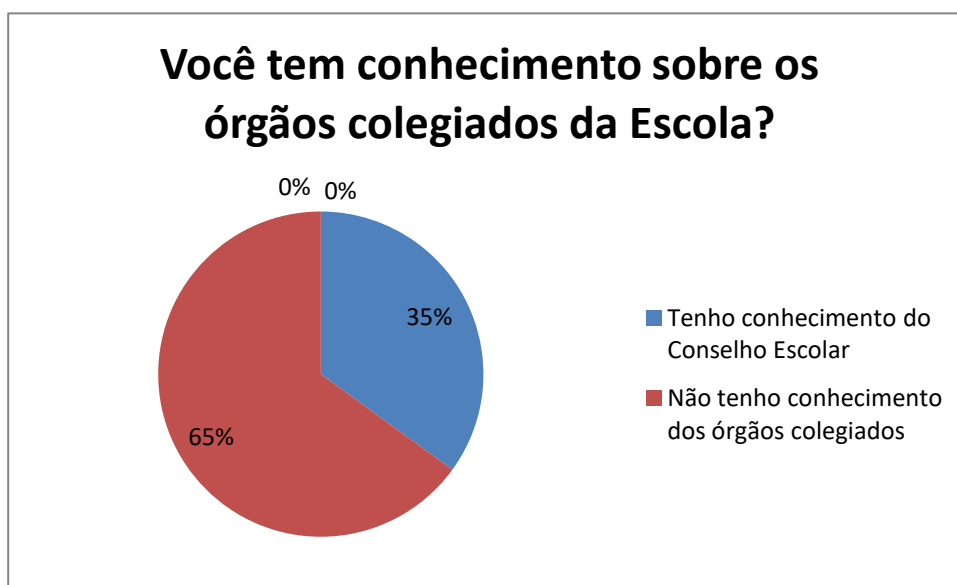
Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado,

é bem cultural para ambos e, por outro pode favorecer a educação escolar e, ipso facto, reverter-se e, benefício dos pais, na forma de melhoria da educação dos filhos.

Paro (2007), grande defensor da gestão democrática e participativa, considera importante e fundamental a integração da família e escola como uma parceria necessária para a melhoria da educação dos alunos. Para isso, é necessário que família compreenda o processo educativo proposto pela escola, e que a escola por sua vez estimule a participação da família nesse processo educativo.

No Gráfico 3, foi perguntado se os pais, mães ou responsáveis tem conhecimento sobre os órgãos colegiados da Escola.

Gráfico 3: Você tem conhecimento sobre os órgãos colegiados da Escola?



Fonte: Da Própria Autora

Os pais, mães ou responsáveis dos alunos do Ensino Fundamental II da Instituição pesquisada, a maioria com 65% não tem conhecimento acerca dos órgãos colegiados da escola como conselho escolar, associação de pais e mestres, e isso mostra a ausência dos pais na vida escolar dos seus filhos que pode ser por falta de tempo ou mesmo por desinteresse. Já os 35% participam ativamente dos órgãos colegiados e sabem a função por exemplo do conselho escolar, na associação de pais e mestres, de como funciona os órgãos consultivos e administrativos da escola.

Sobre os órgãos colegiados, Luck (2007, p. 72) esclarece:

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários.

Para a autora supracitada, os órgãos colegiados são instrumentos para auxiliar a gestão da escola, formada por pais, mães ou responsáveis, funcionários da escola, professores, que contribuem na tomada de decisão, na troca de ideias, nas diversas áreas no seio da escola com o intuito de promover o bom andamento da escola, para que o objetivo da qualidade do ensino aconteça. É um corpo sistematizado, organizado, que dá pleno funcionamento nas dimensões financeira, administrativa, da questão pedagógica, que dá um aparato para o funcionamento da escola.

O Plano Nacional de Educação (PNE) na Lei 10.172/01 também estabelecia, como objetivos e prioridades, a [...] democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Somente em uma Gestão Democrática é possível uma participação efetiva dos pais, professores e funcionários ou corpo docente de modo geral, ser agente ativo na elaboração do currículo escolar, do projeto político pedagógico, nos conselhos escolares diversos.

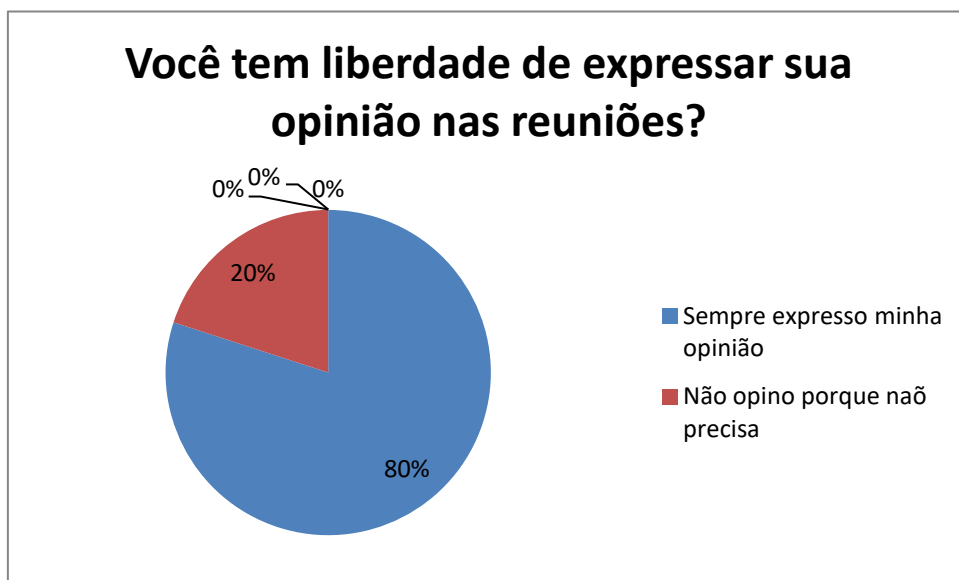
Há de se pensar também que essa participação não pode ser superficial ou mesmo parecer uma falsa democracia ou democracia velada, como afirma Luck (2006, p. 42);

[...]uma forma significativa de participação: nossas idéias, nossas expectativas, nossos valores, nossos direitos são manifestados e levados em consideração por meio de um representante acolhido como pessoa capaz de traduzi-los em um contexto organizado para esse fim... tipicamente praticado nas sociedades e organizações democráticas. Ela pode, no entanto, ser expressa como um arremedo de participação e como uma falsa democracia

No contexto atual, é difícil os pais, mães ou responsáveis ter acesso a prestação de contas, daquilo que entra e o que sai. Falta uma maior participação da comunidade escolar, dos pais, dos professores e demais funcionários como fiscalizadores desses recursos. Sendo assim, a visão de Luck (2006), é esclarecedora, onde a participação dos envolvidos se mostra como uma falsa democracia, uma falsa participação, por isso., a família, dos professores e demais funcionários devem ter abertura dos gestores visando uma fiscalização dos recursos financeiros para incumbência daquilo que é necessário no quesito da educação e do processo de aprendizagem.

No Gráfico 4, foi perguntado aos pais, mães ou responsáveis, se tem liberdade de expressar sua opinião em reuniões na escola.

Gráfico 4: Você tem liberdade de expressar sua opinião nas reuniões?



Fonte: Da Própria Autora

Foi perguntado aos pais, mães ou responsáveis, se eles têm liberdade de expressar sua opinião em reunião ou qualquer tipo de evento que são convidados no acompanhamento dos seus filhos. 80% dos pais, mães ou responsáveis disseram que tem liberdade de expressar sua opinião e sempre fazem isso, e 20% responderam que não opinam porque não acham necessidade ou não precisa. Esse tipo de comportamento dos pais revelam uma estagnação ou inercia no processo de aprendizagem dos filhos, por muitas vezes não interessarem nos assuntos abordados pela escola.

Nisso, Paro (2000, p. 20), esclarece:

No tocante à unidade escolar, o exame das questões referentes às atividades, relações e processos que se dão em seu interior deve ter, de acordo com os objetivos da investigação, a preocupação de buscar, no funcionamento e organização da escola pública de 1º grau, as perspectivas de uma participação direta da comunidade nas decisões da escola, identificando os obstáculos bem como os elementos facilitadores dessa participação.

Nessa visão, Paro (2000) que é preciso que os pais, mães ou responsáveis, possam conhecer o funcionamento de todas as atividades de organização da escola, para assim, contribuir com sua opinião ou mesmo sugestão, seja em reunião, em festas na escola ou qualquer tipo de comemoração, mostrando sua inserção no contexto escolar do seu filho. Mas para isso necessário que a escola e cuja liderança é o gestor (a), oportunizar momentos em que a família participe efetivamente, desde da inserção nos órgãos da escola até no fazer pedagógico.

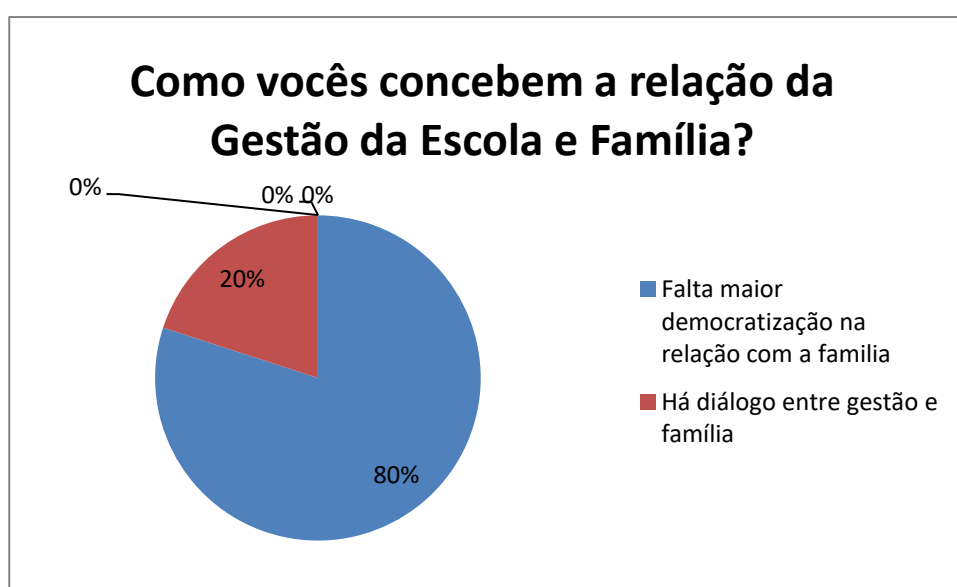
E os pais, mães ou responsáveis que não tem possibilidade de participar de alguma reunião. O que a escola deve propor? Nesse questionamento, Paro (2001) contribuir dizendo que como a escola pode responder a essas demandas dos pais, oferecendo horários e dias viáveis de reuniões, possibilitando aos pais, mães ou responsáveis que não puderem comparecer em um estipulado horário tenham opção e flexibilidade de comparecer em outro, sendo, assim, exequível sua participação.

A própria gestão da escola tem que ter planejamento para esses casos, mostrando planos ou estratégias para receberem esses pais no contraturno ou horário flexível para explicar o que ocorreu na reunião, sando as dúvidas dos pais,

mães ou responsáveis, para fomentar ainda mais a relação entre gestão e família visando sempre o desenvolvimento do aluno/filho. Em uma Gestão democrática, a Escola deve sempre ser flexível, e sempre ser ouvinte na opinião ou sugestão da família, para que haja um consenso que contribua no processo de aprendizagem dos alunos, pois é isso o objetivo comum na parceria entre família e escola.

No Gráfico 5, foi perguntado como os professores concebem a relação entre Gestão e Família na Escola.

Gráfico 5: Como vocês concebem a relação da Gestão da Escola e Família?



Fonte: Da Própria Autora

A maioria dos professores da instituição pesquisada, com 80% disseram que falta maior democratização na relação da Gestão com a família, e 20% consideram que acontece diálogo entre gestão e família. Essa visão da maioria revela que a ausência de uma gestão mais democrática e participativa no seio da escola, e que isso interfere na participação dos conselhos colegiados, na associação de pais e mestres, ou melhor, na efetivação da família na escola.

O melhor elo de uma escola democrática na relação com a família é o PPP, como afirma Luck (2006) o processo de construção do PPP representa o fortalecimento da democratização do processo pedagógico na busca da efetivação de um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais significativos. Logo, a ausência de coletividade na sua construção, análise e

implementação resulta na falha no atendimento das necessidades da comunidade na qual a escola está inserida.

O PPP deve revelar uma construção conjunta entre gestão, professores, corpo docente de modo geral, comunidade escolar, onde o fazer pedagógico deverá ser objetivo comum, ou seja, o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A democratização na escola só é possível na interação dos atores educacionais e onde a família é fundamental nesse processo, em que o diálogo, a comunicação é fundamental para que a democratização seja uma realidade.

Ao propor uma gestão democrática e participativa, é fundamental que a gestão possa evidenciar a participação efetiva dos professores, tendo em vista que eles estão mais diretamente com os alunos. Neste contexto, Libâneo (2001, p. 90-91) considera:

(...) não se pode pôr em dúvida o espaço específico e autônomo dos professores, mas, por outro lado, se estes forem seguros de seu papel, sua dignidade profissional não ficará abalada com a discussão pública sobre o seu trabalho, já que o envolvimento dos pais é não só legítimo como necessário. Somente a prática pode ajudar a esclarecer estes problemas, de modo a encontrar formas de acordos mútuos e de ajuda recíproca, melhorando a organização do trabalho escolar e o trabalho dos professores em função da qualidade cognitiva, operativa, social e ética do processo de ensino e aprendizagem.

A Gestão Escolar deve mostrar o espaço específico dos professores, como elo de ligação com os pais, não somente em relação ao processo de aprendizagem formal, mas suscitar nos pais a necessidade de uma participação maior nas instancias da escola, nos conselhos, na associação de pais e mestres, nas reuniões e eventos diversos. No que se refere no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, os professores contribuem de modo significativo no desenvolvimento integral dos alunos, nas suas dimensões cognitiva, psíquica, afetiva e social, e fazendo com que a família faça parte desse processo.

Outra visão que os professores relataram na entrevista e que mostra uma conexão da necessidade de uma gestão democrática é a formação dos gestores. É fundamental que os gestores estejam em contínua formação sejam no quesito administrativo, pedagógico, e também psicológico, pois é fundamental um gestor equilibrado em todas as suas dimensões. Também Libâneo (2004) assevera que as funções do gestor são: supervisionar atividades administrativas e pedagógicas,

promover a integração entre escola e comunidade; conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre outras.

Uma dessas funções elencadas por Libâneo e que os professores da entrevista salientaram foi a questão de promover a integração entre escola e família, mostrando como a família pode participar na vida escolar dos seus filhos, de modo especial, dos órgãos colegiados, do conselho escolar, da associação de pais e mestres e tantas outras instancias e momentos.

No Quadro 1, foi perguntado a Gestão da Escola pesquisada: Como a Gestão da Escola pode oportunizar a participação da Família na Escola?

Quadro 2: Como a Gestão oportuniza a participação da Família na Escola?

GESTÃO DA ESCOLA	
Resp 1	Palestras sobre a Gestão Democrática da Escola, apresentando o Plano anual, o currículo, o PPP, salientando os objetivos e metas no processo de ensino.
Resp 2	Participação da família nos órgãos colegiados, conselho escolar, associação de pais e mestres, no conselho administrativo e executivo.
Resp 3	Há mapeamento dos alunos com baixo rendimento, é estabelecido estratégias junto com as famílias, para que as mesmas possam acompanhar e juntamente com a escola promover a melhoria da educação.
Resp 4	.Todo o processo de ensino e aprendizagem é comunicado aos pais, mães ou responsáveis, para que os mesmos acompanhem o processo de aprendizagem os dos filhos.

Fonte: Da Própria Autora

A Gestão da Escola pesquisada propõe medidas para aproximar escola da família como participação da família nos órgãos colegiados, no conselho escolar, na associação de pais e mestres, e promove mapeamento dos alunos que tem baixo rendimento e estabelecendo estratégias junto com as famílias; também a gestão propõe em forma de palestra o plano de ensino por meio do PPP, currículo, para que a família possa compreender o processo de ensino e participar.

Diante das incumbências da Gestão em relação a família, a LDB (9394/96), em seu artigo 12, nos incisos VI a VIII reafirma:

VI – Articular - se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

VII - Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

VIII - Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001).(BRASIL, 1996, p. 5)

Essas incumbências são de responsabilidade do Gestor (a) visando oportunizar a participação da família na escola por meio de projetos, de ações, de inserção da família nos órgãos colegiados, no conselho escolar, na participação na associação de pais e mestres, nos conselhos para fiscalizar os recursos financeiros. Também de acordo com a LDB, a gestão tem que promover uma melhor comunicação com os pais em relação ao processo de aprendizagem dos alunos, de sua frequência, e de estratégias de ensino.

A liderança da gestão está com o diretor, não de modo unilateral, mas bilateral, fazendo congregar todos os colaboradores para um funcionamento pleno da escola para promover o processo de aprendizagem. Diante disso, Luck (2008) afirma que o diretor escolar é o profissional que tem a função de liderar e organizar o trabalho de todos na escola, de modo a orientá-los no desenvolvimento do ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados.

A autora supracitada esclarece com propriedade a função do diretor como uma liderança democrática na escola. E quem tem a função de organizar o trabalho de todos os envolvidos na escola como professores, funcionários, corpo docente com um todo e a comunidade escolar, para que haja um ambiente educacional favorável para que acontece o processo de aprendizagem e a formação dos professores de modo qualitativo.

CONCLUSÃO

Na construção da pesquisa evidenciou algumas questões acerca da necessidade da participação da família na escola, mostrando uma parceria necessária e fundamental para melhoria da qualidade de ensino. O principal questionamento foi como a Gestão Democrática oportuniza a participação da família no Colégio Estadual Martins Borges em Pires do Rio - GO? Para isso, buscou

compreender primeiro a função da Gestão Democrática cuja liderança é o diretor, e saber que tem a função de organizar o trabalho de todos os envolvidos como professores, corpo docente com um todo e a comunidade escolar. Tal função tem o objetivo de proporcionar a qualidade do ensino e proporcionar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A pesquisa constatou na entrevista a gestão da escola, aos professores e pais, o papel da Gestão Escolar para estabelecer oportunidades de participação entre escola e família, e mostrando a necessidade de uma maior aproximação entre professores, funcionários, equipe multidisciplinar, visando ações que uma interlocução com a família.

Nas entrevistas expressas nos gráficos e no quadro, constatou-se que a maioria dos pais entrevistados consideram que participam da educação dos filhos, tem conhecimento da função do conselho escolar e participam dos órgãos colegiados, para da sua contribuição à escola e processo educacional dos filhos. Mas os professores relataram que é preciso maior democratização na relação entre gestão e família, principalmente nos órgãos de controle como a fiscalização dos recursos financeiros na dimensão administrativa e executiva.

Foi constatado que a direção da escola pesquisada tenta fazer aproximação com as famílias por meio de algumas medidas ou intervenções como palestras sobre a gestão democrática e sua função na escola, explicando o projeto político pedagógico e a estrutura do ensino anual e semestral. Também busca ampliar a comunicação sobre o rendimento escolar dos seus filhos, sua frequência, e faz mapeamento dos alunos com dificuldades e estabelecendo estratégias para contribuir no seu processo de aprendizagem. Essas estratégias são comunicadas para a família, para que juntas possam trocar ideias, para o bom desenvolvimento do processo de convivência e de aprendizagem dos alunos.

No processo da pesquisa foi evidenciado os objetivos propostos no que tange a relação da escola e família como proposta da Gestão Democrática e onde os pais tem livre acesso para opinar e participar de algumas decisões importantes acerca do processo de aprendizagem dos filhos. Também foi contemplado a necessidade da Gestão Democrática de realizar ações ou projetos que possam aproximar a família do ambiente escolar não como ouvinte, mas sobretudo com gente que possa contribuir na aprendizagem dos alunos.

De modo geral, a pesquisa buscou refletir sobre a importância do papel da Gestão Democrática como mediadora na relação escola e família, e onde esses atores educacionais são fundamentais para proporcionar uma escola mais dialogal e aberta para todos, e onde as decisões sejam compartilhadas nessa parceria necessária.

RECOMENDAÇÕES

O processo educacional é constituído por vários agentes ou atores contribuem no andamento ou funcionamento da escola para proporcionar o fazer pedagógico e o processo de ensino e aprendizagem. A família e a escola são esses

atores imprescindíveis para a melhoria da qualidade da educação, onde cada um complementa o trabalho do outro. Diante disso, a gestão tem importante papel de promover uma integração sadia com os pais, mães ou responsáveis, para que o objetivo comum seja realizado que é a qualidade do ensino. Por isso, a pesquisa vigente propõe algumas recomendações como forma de aprofundamento do objeto estudado.

- 4 Propor maior participação dos pais, mães ou responsáveis nos órgãos colegiados como conselho escolar, associação de pais e mestres, no conselho administrativo e executivo;
- 5 Esclarecer para a família sobre o que consiste uma Gestão Democrática na Escola, mostrando os objetivos e metas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem para maior integração dos pais;
- 6 Reforçar a comunicação da Gestão aos pais em relação ao rendimento dos alunos, bem como sua frequência, para que os pais possam acompanhar diretamente;
- 7 Que a diretor possa organizar, auxiliar os professores e a comunidade escolar para o bom funcionamento do ambiente escolar, proporcionando o processo de aprendizagem dos alunos;
- 8 Mostrar que a própria gestão precisa de uma formação sólida e continuada em relação a organização da escola, das políticas educacionais e do fazer pedagógico;
- 9 Juntamente com os professores, funcionários e corpo docente da escola propor projetos de maior participação da família em reunião ou eventos. Para isso, é necessário estabelecer planejamento flexível para atingir todos os pais, mães e responsáveis, mesmo aqueles que tem dificuldade de comparecer na escola
- 10 Que o diretor construa ou faça alguma mudança significativa no PPP juntamente com os professores e a comunidade escola, para que seja algo contextualizado na realidade do aluno;

- 11 Promover momentos comemorativos para maior participação da família na escola como feiras culturas, festas, jogos, mas que possam na construção ter a participação efetiva da família;
- 12 Avaliar junto com os professores melhores intervenções pedagógicas com intuito de sanar as dificuldades diversas dos alunos, e que isso seja construído com as famílias, mostrando a eficácia dessa parceria necessária;
- 13 Para os pais que não participam da vida escolar dos filhos, é necessário extrapolar o ambiente da escolar, fazer visitas para saber os reais motivos da ausência na vida dos alunos;
- 14 A Gestão juntamente com a equipe multidisciplinar e também com a família trabalhar a questão a indisciplina, violência na escola, de intolerância ou preconceito estabelecer seminários, palestras com especialistas para o entendimento e enfrentamento;
- 15 Que o gestor (a) não seja monocrático em suas decisões como fosse somente um administrador de empresa, mas suscite participação dos funcionários, corpo docente em suas decisões, fazendo com pedra principal o fazer pedagógico o processo de aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 010172 de 09 de Janeiro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso dia 15 de Fev. 2022.

CASTRO, Edmilson de. **Família e Escola: O caos Institucional e a crise da modernidade**. 2002. Disponível em: <<http://clm.com.br>>. Acesso em 26 de junho de 2021.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando pessoas**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

_____, **O Negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CISESKI, A. A. **Aceita um conselho? Teoria e prática da gestão participativa na escola pública**. 1997. 119 p. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CRESWELL, John. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CURY, Augusto Jorge. **Treinando a emoção para ser feliz / Augusto Jorge Cury – São Paulo: Academia de Inteligência, 2001.**

DRUCKER, Peter. **Desafios gerencias para o século XXI**. Thomson Pioneira, 1999

DIAS. Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. revista, atualizada e ampliada. 2ª tiragem. São Paulo Revista dos Tribunais, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3ª Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 3. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed, São Paulo: Atlas, 2002.

_____, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMIDE, Paula Ines Cunha **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

IBGE. **Censo retrata um novo perfil da família brasileira**. 2012. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514657-censo-retrata-um-novo-perfil-da-familia-brasileira>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014

LAKATOS, E.M. and MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____, **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____,. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João et al; orgs. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola**. São Paulo, Xamã, 2002.

LUCK, H. **A evolução da gestão educacional: uma mudança paradigmática**. In: _____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____, **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORONHA, Maressa Maelly Soares; PARRON, Stênio Ferreira. **A evolução do conceito de família**. 2017. Disponível em <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Leidiane Pereira de. **Uma relação tão delicada: A Participação da Família no Processo de Aprendizagem de Crianças do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e Classes de Alfabetização**. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação, da Universidade da Amazônia, 2001. Disponível em <www.nead.unama.br>. Acesso em 12 de Fev. de 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano & FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: **Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ªed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em 06.07.2021.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. Série: Cadernos de Gestão. São Paulo: Xamã, 2007.

PATTO, Maria H. S. **A produção do fracasso escolar - Histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo. 1999.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A relação entre escola e família - as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2012.

RODRIGUES, Vanessa Aparecida. **A decadência da gestão educacional diante das políticas públicas**. Ágora: R. Divulg. Cient., ISSN 2237-9010, Mafra, v. 16, n. 2, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade**. 2002.

SILVA, Maria Ires Brito da. **Gestão Escolar: Uma Gestão democrática com a participação Familiar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 10, Vol. 04, pp. 29-48. Outubro de 2019.

SIQUEIRA, Anriet. **Educação e processo**. 2002. Disponível em: <<http://www.eaprender.com>>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

SULPINO, Célia Medeiros; RAMALHO, Rosângela Palhano. **Elementos para a gestão democrática na educação**. Disponível em <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/elementos_para_a_gestao_democratica_na_educaacao_1343917737.pdf>. Acesso em 27 de junho de 2021.

SZYMANSKI, Heloisa. **Mudanças na família brasileira**. 2020. Disponível em <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/mudancas-na-familia-brasileira/47120>>. Acesso em 07 de fev. de 2021.

WELTER, Belmiro Pedro. Inconstitucionalidade do processo de adoção judicial. In: WELTER, Belmiro Pedro (coord.) **Direitos Fundamentais do Direito de Família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, Porto Alegre, 2004.

APÊNDICES



APÊNDICE A - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO/SOLICITAÇÃO – PESQUISA DE CAMPO

Solicitamos autorização para a realização de pesquisa junto a esta instituição para a realização da pesquisa de **Maria Amélia dos Santos** identidade 3441063. A mestranda encontra-se na etapa final para a conclusão de sua Tese, Defesa e Certificação do curso de Mestrado em Ciências da Educação (*Stricto Sensu*) com a carga horária de 1.224 horas, compreendendo 36 meses de formação teórico-metodológica-epistemológico e especializado, tendo participado ativamente do programa, com excelente desempenho acadêmico. A certificação se dará pela FA-CULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES.

Antecipo agradecimentos e coloco-me à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas a respeito desta pesquisa.

Atenciosamente,

Gleyvison Nunes Santos

-Prof. Gleyvison Nunes Santos -FICS-

Maria Amélia dos Santos

- Mestranda-

Senhor(a):

Gestor (a) da Escola - Estado



APÊNDICE B – Questões para os Professores

1. **Compreensão sobre a Gestão Democrática**
2. **Você participa efetivamente na vida escolar do seu filho?**
3. **Você tem conhecimento sobre os órgãos colegiados da Escola?**
4. **Você tem liberdade de expressar sua opinião nas reuniões?**
5. **Como vocês concebem a relação da Gestão da Escola e Família?**
6. **Como a Gestão oportuniza a participação da Família na Escola?**